

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CURSO DE DIREITO**

**PAMELA ALICE KLOS**

**A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: análise do caso**  
**Vicuña.**

**CURITIBA**  
**2016**

**PAMELA ALICE KLOS**

**A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: análise do caso  
Vicuña.**

Monografia jurídica apresentada como  
requisito parcial à obtenção de aprovação no  
Curso de Direito da Faculdade de Ciências  
Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Katya Regina Isaguirre  
Torres.

**CURITIBA**

**2016**

**PAMELA ALICE KLOS**

**A TRÍPLICE RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: análise do caso  
Vicuña**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

**KATYA REGINA ISAGUIRRE TORRES**

Orientadora

---

**DANIELLE ANNONI**

Primeiro membro

---

**AMÉLIA CORRÊA**

Segundo membro

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>3</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>4</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>I CAPÍTULO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. O direito fundamental ao Meio Ambiente.....</b>	<b>8</b>
<b>II CAPÍTULO.....</b>	<b>12</b>
<b>3. Dano ambiental. ....</b>	<b>12</b>
3.2. A tríplice responsabilidade pelo dano ambiental. ....	16
3.2.1 Responsabilidade penal pelo dano ambiental. ....	17
3.2.2 Responsabilidade administrativa pelo dano ambiental. ....	21
3.2.3 Responsabilidade civil pelo dano ambiental. ....	24
3.2.3.1 Elementos da responsabilidade civil: a conduta.....	30
3.2.3.2 Elementos da responsabilidade civil: o dano. ....	35
3.2.3.3 Elementos da responsabilidade civil: o nexo de causalidade. ....	37
<b>III CAPÍTULO .....</b>	<b>42</b>
<b>4. O caso Vicuña: a escolha do tema, sua importância e a metodologia adotada.....</b>	<b>42</b>
4.1. Descrição do caso Vicuña. ....	43
4.2 Estratégias postas em prática para a resolução do problema. ....	46
4.3 Linha do tempo do acidente.....	48
4.4 Repercussões penais.....	49
4.5 Repercussões administrativas. ....	50
4.6 Repercussões cíveis.....	52
4.7 Análise dos resultados. ....	58
<b>5. Conclusão. ....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>63</b>

## RESUMO

O objetivo do trabalho consiste em analisar os desdobramentos do dano ambiental causado pela explosão do navio Vicuña, no porto de Paranaguá, em 2004. O acidente provocou um vazamento de toneladas de óleo combustível e causou uma série de danos, como a morte de tripulantes, de animais, poluição das águas, proibição de pesca e uma série de ações ajuizadas por aqueles que se sentiram prejudicados pela tragédia. Diante dessas questões, a problemática do trabalho é analisar esses desdobramentos e descobrir se houve a justa reparação no caso concreto, para então concluir se a resposta dada pelo Estado é satisfatória, sobre o ponto de vista ambiental. Para embasar a proposta, a metodologia utilizada foi de estudo de casos, com adoção de um caso paradigmático para orientar a pesquisa, partindo do particular para chegar a uma conclusão geral. Buscar-se-á analisar os julgados que surgiram com vistas a responsabilizar os causadores do dano que, aliada a reflexões teóricas de ambientalistas renomados e tomando por base a previsão legal, chegar a uma conclusão sobre a melhor forma de lidar com as tragédias ambientais.

**Palavras-chave:** Desastre ambiental, danos, tríplice responsabilidade.

## ABSTRACT

The objective is to analyze the consequences of the environmental damage caused by the explosion of Vicuña ship, in the port of Paranaguá, in 2004. The accident caused a leak of tonnes of fuel oil and caused a lot of damage, such as the death of crew members, animals, water pollution, fishing ban and a series of lawsuits filed by those who felt harmed by the tragedy. Given these issues, the problem of the study is to analyze these developments and find out if there was a fair compensation in the case, and it concludes that the answer given by the State is satisfactory, on the environmental point of view. To support the proposal, the methodology used was the case study, with the adoption of a paradigmatic case to guide the search, starting from the particular to reach a general conclusion. Search It will analyze the judgments that have arisen in order to blame the cause of the damage, combined with theoretical reflections of renowned environmentalists and based on legal provisions, to reach a conclusion about the best way to deal with environmental disasters.

**Keywords:** Environmental Damage, damage, triple responsibility.

## 1. Introdução.

Recentemente o Brasil sofreu um dos maiores desastres ambientais da história do país pelo rompimento da barragem da Samarco, no dia 05 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, tragédia que causou tantos impactos ambientais e sociais a ponto de provocar comoção social em âmbito nacional e até mesmo internacional<sup>1</sup>. Mas esse não é o único caso, pois as catástrofes ambientais são frequentes no país e no mundo, tanto que não seria exagero dizer que vivemos a era dos desastres<sup>2</sup>.

Essas tragédias demonstram a importância de se discutir a responsabilidade dos poluidores pelos danos que causam, bem como a importância do fortalecimento do Direito Ambiental e das formas de se evitar o dano.

Contudo, é tema recente a preocupação com o Meio Ambiente e com a qualidade de vida. Foi a constatação da deterioração da qualidade ambiental e da limitação dos recursos naturais que despertou o interesse dos Estados com a questão ambiental, período este que ficou conhecido como “crise ambiental”<sup>3</sup>.

Durante muito tempo houve certa convivência do judiciário e do legislador com a exploração irrefreada<sup>4</sup>, em razão da forte difusão do liberalismo econômico e da defesa de não intervenção estatal, ou intervenção mínima do Estado na esfera individual dos particulares, presente nos séculos XVIII e XIX.

Somente com o agravamento da situação ambiental, diante do surgimento das grandes tragédias ambientais e das preocupações com destinação de resíduos, aquecimento global, dentre outros, o Direito passou a se interessar pelo tema, primeiramente no campo juspublicista e, após, no campo privado com o reaparecimento da responsabilidade civil<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> WEIS, Bruno. **Tragédia de Mariana: governo e empresa juntos no mar de lama**. Publicado em: 10.11.2015. Publicado em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/tragdia-de-mariana-governo-e-empresa-juntos-n/blog/54721/>. Acesso em: 28.20.2016.

<sup>2</sup> NEVES, Gabriel Novis. **Era dos desastres**. Gazeta digital. Publicado em: 03.12.2015. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/463464/t/era-dos-desastres>>. Acesso em: 22.08.2016.

<sup>3</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 69.

<sup>4</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 77/78.

<sup>5</sup> Em um primeiro momento, o instituto da responsabilidade civil pelo dano ambiental foi relegado, pois na década de 70 surgiram mecanismos juspositivistas tidos como mais específicos a preservação ambiental. Contudo, na década de 80, reapareceu a temática do instituto da responsabilidade civil na dogmática do direito ambiental, como forma de reação à inoperância dos mecanismos do direito público. (BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 77/78).

A preocupação ambiental assumiu extraordinária importância quando os custos ambientais das diversas atividades humanas passaram a aumentar em todos os países, e foi a partir desse contexto que surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável, que consiste, basicamente, na compatibilização entre crescimento econômico e proteção do Meio Ambiente<sup>6</sup>.

Dentre as principais preocupações que deram início a consciência ambiental encontra-se o buraco da camada de ozônio, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a destinação dos resíduos, a perda da biodiversidade, a escassez de água no planeta e as tragédias ambientais<sup>7</sup>.

A partir da década de 60 do século XX, os países reuniram-se em convenções internacionais para adotarem medidas protetivas do Meio Ambiente e, aos poucos, os legisladores passaram a inserir dispositivos legais com esse objetivo, sobretudo nas Constituições.

Essa preocupação, todavia, é ainda incipiente, pois perdura nos meios acadêmicos uma mentalidade de puro descrédito para com a disciplina de Direito Ambiental e muitos permanecem com a visão de que a questão ambiental é irrelevante.

Na experiência acadêmica não é incomum encontrar estudantes de Direito e até mesmo professores que consideram que o ramo em questão é uma “perfumaria jurídica” e que as transformações do meio, como as mudanças climáticas, efeito estufa, esgotamento de recursos, dentre outros, são acontecimentos naturais e pouco se relacionam com a exploração da natureza pelo homem.

Alguns estudantes de Direito afirmam não ver qualquer relevância em se estudar o Direito Ambiental, e confessam desejar que a disciplina fosse optativa, por acreditarem que somente as empresas devem se preocupar com a preservação do Meio Ambiente, tendo em vista que são elas que interferem diretamente no meio, de modo que o cidadão comum ou o advogado que não pretende atuar nessa área não precisa desperdiçar energia com esses assuntos. Questão preocupante, já que estes serão os juristas que comporão o judiciário do nosso país.

Esse pensamento é reflexo de um passado recente, no qual o desenvolvimento econômico era a preocupação central, e se arrasta para o judiciário, que ainda deixa a desejar em grande parte das decisões quanto à proteção do Meio Ambiente.

---

<sup>6</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 77.

<sup>7</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 33/42.



O judiciário pátrio ainda se mostra tímido nas decisões que envolvam a questão ambiental e nem mesmo as grandes catástrofes oriundas da exploração dos recursos naturais são capazes de sensibilizar esse Poder para aplicar de maneira mais rígida as regras de Direito Ambiental, talvez como reflexo desse período de transição entre a total despreocupação com o meio e a recente inclusão de medidas legais protetivas.

Além de um judiciário pouco aliado as questões ambientais, o país conta com medidas de precaução por parte das empresas e do Poder Público também insuficientes e os danos se alastram causando uma série de consequências nefastas para as presentes e futuras gerações.

Ou seja, esse descrédito para com o Direito Ambiental se reflete na conduta irresponsável das empresas que, aliada a falta de fiscalização do Estado, acabam por acarretar nas catástrofes ambientais, cuja responsabilização é ineficiente.

Na lista das maiores catástrofes ambientais ocorridas no Brasil, mais da metade acarretam a poluição das águas, como a já citada “tragédia mariana” que decretou a morte do Rio Doce<sup>8</sup>.

Diante de todas essas constatações, o presente trabalho buscará analisar o caso da explosão do navio chileno Vicuña, no píer da Cattalini, que teve como consequência o derramamento de óleo e metanol no litoral do Paraná. O acidente ocorreu em 15 de novembro de 2004, mas até hoje causa impactos sociais e ambientais no local, além de ainda encontrar-se em discussão no judiciário.

A pesquisa buscará descrever o caso paradigmático escolhido, de modo a abordar seus impactos ambientais e analisar os desdobramentos no campo civil, administrativo e penal para verificar se houve a justa reparação do ambiente, conforme preconiza a lei.

Após, parte-se para a análise crítica do caso com vistas a responder a questão sobre o que vale mais a pena em termos ambientais, uma boa estratégia de prevenção/precaução ou apenas atuar depois do dano já ocorrido?

---

<sup>8</sup> Relembre os principais desastres ambientais ocorridos no Brasil. Gazeta Minas. Publicado em: 04.01.2016. Disponível em: <http://gazetaminas.com/relembre-os-principais-desastres-ambientais-ocorridos-no-brasil-2/>. Acesso em: 22.08.2016.

## I CAPÍTULO

### 2. O direito fundamental ao Meio Ambiente.

Em 1972 foi firmada a Declaração sobre o Meio Ambiente, na Conferência de Estocolmo, cujos princípios foram considerados extensão daqueles previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e influenciaram a inserção de capítulo especial à proteção do Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988<sup>9</sup>.

Dentre os resultados da citada Conferência encontra-se o reconhecimento de que o Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado é um direito humano fundamental e a CF/88 consagrou esse direito no artigo 225, nos seguintes termos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Além de o Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado possuir interesse internacional, como preocupação de cada Estado, através desse dispositivo previsto na Constituição pátria, é possível perceber que o equilíbrio do meio é um direito fundamental reconhecido pelo país, tanto sob o ponto de vista formal quanto sobre o ponto de vista material. Além disso, esse não é somente um direito fundamental de todos, mas também um dever do Poder Público e da coletividade que não deve poupar esforços para assegurá-lo.

Embora o Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado não esteja incluído no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, não é possível afastar o seu conteúdo do direito fundamental, pois é um direito de cunho social e não meramente individual<sup>10</sup>.

Conforme aponta Morato Leite:

“é um direito subjetivo da personalidade no sentido de ser possível a todos os indivíduos pleitear o direito de defesa contra atos lesivos ao meio ambiente, pois a sua preservação ecologicamente equilibrada é condição ao pleno desenvolvimento da personalidade humana”<sup>11</sup>.

A fundamentalidade de tal direito fica ainda mais evidente quando se constata a sua relação com o direito à vida e à dignidade humana, afinal, o tema meio ambiente não se refere

---

<sup>9</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 42.

<sup>10</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 86.

<sup>11</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 89.

a um objeto específico, mas a uma relação de interdependência na qual o homem necessita da natureza para sobreviver e, para gozar de uma vida digna, as pessoas necessitam de um mínimo existencial ecológico<sup>12</sup>.

Conforme ilustra Morato Leite, essa relação entre o ser humano e o Meio Ambiente pode ser exemplificada como a relação entre um embrião e o ventre materno. O embrião originou-se do ventre assim como o homem da natureza. Homem e embrião canalizam todos os recursos disponíveis para seu próprio desenvolvimento e função, sem nenhuma contrapartida. São dependentes de seu meio, mas não participam de sua estrutura e funções normais. Portanto, o homem será um simples embrião se conseguir sugar a natureza, permanentemente, de forma compatível, ou seja, sem produzir desgastes significativos e irreversíveis. Contudo, se assim não for, o homem será um verdadeiro câncer que deixara de existir conjuntamente com a existência de seu hospedeiro<sup>13</sup>.

O mesmo jurista aponta algumas preocupações gerais e valores que devem guiar a relação entre homem e ambiente. A primeira delas diz respeito ao entendimento de que o ser humano pertence ao meio, que é complexo, articulado e interdependente. Em segundo lugar, é necessário ter em mente que a natureza é finita e pode ser degradada com o uso indiscriminado dos recursos naturais<sup>14</sup>.

Logo, não é difícil perceber que a existência da espécie humana depende de uma convivência pacífica com a natureza, cujo domínio é inviolável. Sendo assim, não são somente determinados grupos preservacionistas que devem se preocupar e não são somente eles que possuem a responsabilidade pela preservação e convivência harmônica com a natureza, pois tal missão é de responsabilidade política, ética e jurídica de todos os cidadãos que possuam consciência da destruição que o ser humano está causando em nome da produtividade e do progresso<sup>15</sup>.

Nessa linha de pensamento, a substituição da visão antiga de que o homem domina a natureza e a submete a exploração ilimitada é patente, pois a ecologia demonstrou que a

---

<sup>12</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 70.

<sup>13</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 70.

<sup>14</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 72.

<sup>15</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 72.

intervenção do homem não somente destrói os recursos naturais não renováveis como pode trazer perigo à estruturação e ao equilíbrio do ser humano na terra<sup>16</sup>.

É importante entender que proteger a natureza significa trabalhar para a recuperação dos equilíbrios ecológicos e para a proteção dos interesses humanos<sup>17</sup>.

O direito positivo brasileiro defende o Meio Ambiente equilibrado, como bem de interesse da coletividade, essencial a qualidade de vida e vinculado a interesses intergeracionais, ou seja, independe do benefício direto.

Nessa perspectiva, a previsão constitucional de proteção do Meio Ambiente tem como uma de suas consequências a vedação ao retrocesso ecológico, ou seja, a legislação ambiental deverá ser sempre mais protetiva, de modo que esses direitos não podem ser suprimidos por previsões legais supervenientes<sup>18</sup>.

Desse modo, conforme aponta Frederico Amado, a preservação possui uma dimensão objetiva e uma subjetiva. A dimensão objetiva impõe diretrizes ambientais aos poderes constituídos e a toda a coletividade de respeitar a normatização para a preservação ambiental<sup>19</sup>. Quanto à dimensão subjetiva descreve o autor:

“Já a *dimensão subjetiva* fez nascer um direito prestacional positivo e negativo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em que todos os integrantes da sociedade brasileira são simultaneamente credores e devedores, obrigando-se a prestações de fazer ou não fazer, conforme prescrito pelas leis ambientais”<sup>20</sup>.

Como já exposto, o caput do artigo 225 instituiu o direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e, com isso, estabeleceu-se um dever genérico para o Poder Público e para a coletividade de defender e preservar esse bem para às presentes e futuras gerações, por meio de ações comissivas, como a recuperação de áreas degradadas, e omissivas, como a obrigação de não degradar fora dos permissivos legais<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 72.

<sup>17</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 76.

<sup>18</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 51.

<sup>19</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 51.

<sup>20</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 52.

<sup>21</sup> THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015. p. 52.

A CF estabelece uma série de proteções ao meio ambiente no artigo 225 e a administração pública não pode, de maneira intencional, desconsiderar os valores ambientais constitucionalmente garantidos, pois são valores indisponíveis<sup>22</sup>.

A partir dos sete incisos do parágrafo primeiro do artigo 225 há uma série de deveres específicos ao Poder Público, dentre os quais, encontra-se a exigência de estudo de impacto ambiental para atividades significativamente lesivas ao Meio Ambiente e o controle da poluição, para mantê-la dentro de padrões aceitáveis.

Os parágrafos segundo e terceiro, por sua vez, além de estabelecerem deveres ao Estado e a coletividade de recuperar áreas degradadas pela mineração, impõem a responsabilização pela consumação de condutas lesivas ao Meio Ambiente, para pessoas físicas e jurídicas.

Por fim, o parágrafo quarto reconhece os biomas como patrimônio nacional, expressando a tutela especial que deve surgir nessas áreas.

Percebe-se que, para que as necessidades das presentes gerações possam ser atendidas sem privar as futuras de sua parte nos recursos naturais, o Poder Público e a coletividade deverão realizar ações de preservação do meio. Ou seja, para que seja possível manter o equilíbrio ambiental, o Estado deve cumprir com seu dever de fiscalizar e as empresas com o seu dever de segurança ambiental. Contudo, quando esses deveres não forem cumpridos e o dano ambiental ocorrer, caberá ao judiciário resgatar o valor de preservação ambiental e fazer valer o direito fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado por meio da responsabilização dos poluidores.

---

<sup>22</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 421.

## II CAPÍTULO

### 3. Dano ambiental.

Antes de abordar o dano ambiental é necessário entender o que significa Meio Ambiente e, sobre esse aspecto, nos ensina Morato Leite que é impossível realizar uma definição de Meio Ambiente que não seja antropocêntrica, uma vez que a proteção jurídica depende de uma ação humana. O que não impede que essa visão seja aliada a outros elementos e um pouco menos focada no homem<sup>23</sup>.

Logo, seja qual for o conceito que se adote de Meio Ambiente ele sempre abrangerá o homem e a natureza com todos os seus elementos. Tratando-se de um bem difuso e interdependente, se ocorrer uma danosidade ao meio, essa se estenderá à coletividade humana<sup>24</sup>.

A definição legal de Meio Ambiente em sentido jurídico encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Lei 6.938/1981, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, nos seguintes termos: “(...) o conjunto de condições, leis, influências e integrações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Essa definição é ampla, pois nela protegem-se, igualmente, todas as formas de vida, incluindo-se a vida animal e vegetal no mesmo patamar de importância da vida humana<sup>25</sup>.

Conforme destaca Morato Leite, o Meio Ambiente é um macrobem que abarca bens incorpóreos e imateriais, cujo uso é comum do povo. Disso decorre que o proprietário não tem o direito de dispor da qualidade do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, seja ele público ou particular, pois é um bem previsto e protegido constitucionalmente. Acrescenta-se a isso que na atividade privada a qualidade do Meio Ambiente também não pode ser desconsiderada, pois o constituinte diz no artigo 170, VI, da CF, que a atividade econômica deverá observar o princípio da proteção ambiental<sup>26</sup>.

Nessa perspectiva, quando há uma violação ao macrobem ambiental, o que se busca com o processo reparatório é, em primeiro lugar, a recuperação do dano, mas também uma

---

<sup>23</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 71.

<sup>24</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 71.

<sup>25</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 78.

<sup>26</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 83.

compensação pecuniária à coletividade que teve a qualidade ambiental deste bem subtraída, e não apenas a reparação para seu proprietário<sup>27</sup>.

Sendo assim, não se trata de um patrimônio público, mas pertencente à coletividade como um todo, pois, conforme ilustra Morato Leite: “O bem ambiental é um bem de interesse público, afeto a coletividade, entretanto, a título autônomo e como disciplina autônoma”<sup>28</sup>.

O mesmo doutrinador defende que existe outra categoria de bens, além dos bens públicos ou privados, os bens de interesse público, no qual estão incluídos tanto os bens públicos como privados, que se regem por uma especial disciplina, a um peculiar regime jurídico, e é nessa categoria que se encontra o bem ambiental<sup>29</sup>.

O Meio Ambiente envolve os elementos naturais, artificiais e culturais e tem como destinatário final o próprio gênero humano. A responsabilidade pela sua preservação é compartilhada por todos, é solidária e exige cooperação, pois ultrapassa o plano das presentes gerações, sendo um direito fundamental intergeracional, de caráter inter e transdisciplinar<sup>30</sup>.

Dito isso, parte-se para a definição do dano que, conforme a teoria do interesse, é a lesão de interesse juridicamente protegidos. Nesta concepção, o interesse representa a posição de uma pessoa, grupo ou coletividade em relação ao bem suscetível de satisfazer-lhe uma necessidade. Em um sentido amplo, bem deve ser entendido como meio de satisfação de uma necessidade. O dano então seria qualquer diminuição ou alteração de bem destinado à satisfação de um interesse. Logo as reparações devem comportar os danos patrimoniais e extrapatrimoniais de modo a serem integrais<sup>31</sup>.

Dano é o pressuposto necessário da pretensão de reparação, é elemento essencial e imprescindível para tanto, sendo que o dano ambiental possui dois significados: o dano causado ao ambiente propriamente dito e aquele causado as pessoas e que é proveniente do dano ambiental, ou seja, os efeitos que tal alteração causa na saúde das pessoas e em seus interesses<sup>32</sup>.

---

<sup>27</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 83.

<sup>28</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 83.

<sup>29</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 83.

<sup>30</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 90.

<sup>31</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 93.

<sup>32</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 94.

Hermam Benjamim acrescenta que o dano ambiental se mostra como a apropriação dos direitos de outrem pelo poluidor, pois tira o direito de alguém, por exemplo, respirar ar puro, beber água potável e viver com tranquilidade<sup>33</sup>.

Segundo ensinamentos de Morato Leite, é possível classificar o dano ambiental levando em conta a amplitude do bem protegido, a reparabilidade, os interesses jurídicos envolvidos, extensão e interesse objetivado.

Quanto à amplitude do bem protegido, o dano ambiental pode ser: Dano Ecológico Puro, quando atingem de forma intensa bens próprios da natureza, em sentido restrito; Dano *Latu Sensu*, quando considerado em sua maior amplitude, o dano ambiental seria relativo aos interesses difusos da coletividade e abrangeria todos os componentes do Meio Ambiente, inclusive o patrimônio cultural; e Dano individual ambiental ou reflexo, cujo foco é os interesses próprios do lesado, relativo ao microbem ambiental, no qual o bem ambiental estaria protegido de forma reflexa<sup>34</sup>.

Quanto à reparabilidade e ao interesse envolvido, o dano pode ser de reparabilidade direta, se tutelar interesses próprios individuais e individuais homogêneos, relativos ao microbem, ou de reparabilidade indireta, relativos ao macrobem, quando tutela interesses difusos, coletivos e eventualmente individuais de dimensão coletiva. Nesse último caso, a reparabilidade é feita preferencialmente ao bem ambiental<sup>35</sup>.

Já quanto a sua extensão, pode se tratar de um dano patrimonial ambiental, relativo à restituição, recuperação ou indenização do bem ambiental lesado ou então pode ser um dano extrapatrimonial ou moral ambiental, relativo a toda a sensação de dor experimentada. Poderá ser dano extrapatrimonial coletivo quando a tutela se refere ao macrobem ambiental e, ainda, dano ambiental extrapatrimonial reflexo, a título individual, quando concernente ao interesse do microbem ambiental<sup>36</sup>.

Por fim, quanto aos interesses objetivados, o dano ambiental será de interesse da coletividade ou de interesse público quando visa preservar o macrobem ambiental; e será de interesse particular individual próprio, quando visa preservar o microbem<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 91.

<sup>34</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 95.

<sup>35</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 96.

<sup>36</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 97.

<sup>37</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 97.



Conforme destaca Morato Leite:

“O dano ambiental foge da visão clássica, considerando tratar-se de um bem comum do povo, incorpóreo, imaterial, indivisível e insuscetível de apropriação exclusiva. No entanto, é um bem de interesse jurídico autônomo e, portanto, reparável, mesmo não preenchendo os pressupostos tradicionais da configuração do dano.”<sup>38</sup>.

No ordenamento jurídico brasileiro, o legislador não definiu expressamente dano ambiental, mas elucidou suas características básicas ao definir o conceito de meio ambiente (art. 3º, I, lei 6.938/81) e ao dizer que o poluidor é obrigado a reparar o dano causado ao meio ambiente e a terceiro (art. 14, § 1º da lei 6.938/81). Destaca-se que o artigo 927, parágrafo único, do CC, a simples atividade implicadora de risco sujeitará o agente a responsabilização objetiva.

O artigo 3º, II, da lei 6.938/1981 traz uma definição de degradação ambiental como “alteração adversa das características do meio ambiente”, definição esta que se mostra vaga. Já no inciso III do mesmo artigo tem a definição de poluição ambiental:

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Diante de tais definições, permanece a dúvida sobre qual a intensidade do dano ambiental capaz de gerar o dever de indenizar. A doutrina tem entendido que somente os danos graves merecem reparação, aqueles que gerem uma quebra no equilíbrio da qualidade ambiental<sup>39</sup>.

Sendo assim, a definição que Morato Leite apresenta é:

“O dano ambiental deve ser compreendido como toda lesão intolerável causada por qualquer ação humana (culposa ou não) ao meio ambiente, diretamente, como macrobem de interesse da coletividade, em uma concepção totalizante, e indiretamente, a terceiros, tendo em vista interesses próprios e individualizáveis e que refletem no macrobem”<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 99.

<sup>39</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 103.

<sup>40</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 104.

Após esses apontamentos, é fácil perceber que o dano ambiental é complexo e foge das concepções clássicas, de modo que o julgador ao responsabilizar o degradador ambiental, quando o dano ocorrer, deve sempre ter em mente a importância e a complexidade do bem protegido.

### 3.2. A tríplice responsabilidade pelo dano ambiental.

Conforme o princípio da responsabilização, as ações preventivas seriam inúteis se eventuais responsáveis por possíveis danos não fossem compelidos a executar seus deveres ou responder por suas ações. É necessário que o Estado formule um sistema que dê segurança à sociedade, sobre pena de falta de responsabilização. Ao contrário do que ocorria no passado, quando o uso dos recursos naturais e culturais era ilimitado, a sociedade atual exige a responsabilização do poluidor por seus atos<sup>41</sup>.

A palavra responsabilidade remete a ideia de reparar, recuperar, compensar, ou pagar pelo que fez. Trata-se de uma obrigação de satisfazer ou executar ato jurídico<sup>42</sup>.

Para que a responsabilidade se torne obrigação é necessário saber se o bem lesado é juridicamente relevante e pressupõe a existência de sujeitos ativos e passivos da obrigação<sup>43</sup>.

Em virtude da responsabilidade em sentido amplo podem surgir três tipos de sanção: a penal, a administrativa e a civil, conforme previsto no art. 225, §3º, da CF, segundo o qual: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O citado artigo então estabelece que as pessoas físicas e jurídicas estão sujeitas às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos que tenham causado ao Meio Ambiente.

Trata-se do regime de tripla responsabilidade pelas atividades ou condutas consideradas lesivas ao Meio Ambiente, ou seja, a poluição pode ser caracterizada como crime, infração administrativa e como dano.

Tais instâncias são independentes: a absolvição na esfera penal não exime o poluidor da possível responsabilidade civil pelo dano causado, e nem das sanções administrativas,

---

<sup>41</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 55.

<sup>42</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 112.

<sup>43</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 113.

como a multa, interdição das atividades, dentre outros. Assim como o pagamento da multa ambiental não desobriga de reparar o dano que causou na esfera civil<sup>44</sup>.

Isso, contudo, não quer dizer que essas instâncias não se comuniquem. Um exemplo é a absolvição do réu em um processo penal pela inexistência do fato, conforme artigo 386, I, do Código de Processo Penal. Nesse caso, a condenação na esfera administrativa não poderá subsistir. Diferente seria se a absolvição fosse nos moldes do artigo 386, III, do CPP, por reconhecimento de que o fato não constitui infração penal. Nesse caso, a sentença criminal não traria nenhuma repercussão na esfera cível<sup>45</sup>.

O sistema tríptico da responsabilidade por dano ambiental possui importante missão no cenário da responsabilização. Por isso, tais institutos devem ser conjuntamente articulados em um verdadeiro sistema múltiplo de imputação ao degradador ambiental<sup>46</sup>.

A CF deixou clara a diferença e a independência dos três tipos de responsabilidade, no art. 225, §3º, o que foi reforçado pelo art. 3, caput, da lei 9.605.

Dada a importância do instituto da responsabilização pelos danos ambientais, faz-se necessário sempre mantê-lo atualizado, tanto na esfera civil, como na administrativa, na penal ou até mesmo de forma intercomunitária, com vistas a alcançar um Estado mais aparelhado e mais justo, sob a ótica ambiental.<sup>47</sup> Inclusive, atualmente, cogita-se a hipótese de adoção de um sistema obrigatório de seguro ambiental para as atividades econômicas potencialmente mais poluidoras, ante a generalização do risco<sup>48</sup>.

### 3.2.1 Responsabilidade penal pelo dano ambiental.

A responsabilidade pelo dano ao meio ambiente na esfera penal é recurso extremo de que se vale o Estado para coibir as ações consideradas ilícitas. Para que incida, é necessário o cometimento de crime ou contravenção, de modo a sujeitar o infrator as penas de perda de liberdade, pecuniária ou restritiva de direitos. Tem como finalidade a ressocialização do

<sup>44</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 173.

<sup>45</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 173.

<sup>46</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 63.

<sup>47</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 60.

<sup>48</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 173.

infrator e a manutenção da paz social, por meio do *jus puniendi*. Visa inibir ações humanas lesivas e proteger juridicamente interesses relevantes da sociedade<sup>49</sup>.

A maioria dos tipos penais encontra-se na Lei Federal 9.605/1998, na qual o artigo segundo prevê, para aquele que de qualquer forma concorrer para a prática dos crimes ali previstos, a incidência das penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade, assim como o comportamento omissivo daquele que, podendo evitar e sabendo da conduta criminosa de outrem, nada faz para impedi-la.

Na parte em que a lei 9.605 de 1998 tratou de Direito Penal não há possibilidade de suplementação, pois a competência da União é privativa no campo do Direito Penal (art. 22, I, da CF), embora seja concorrente a competência dos estados, municípios e da União para legislar sobre proteção do Meio Ambiente.

A referida Lei também dispõe sobre crimes contra o Meio Ambiente, sobre infrações administrativas ambientais, sobre o processo penal e sobre a cooperação internacional para preservação do Meio Ambiente.

O diferencial de tal norma é a não utilização de encarceramento como norma geral para as pessoas físicas criminosas, além da responsabilização penal das pessoas jurídicas, e a valorização da intervenção da administração pública, através de autorizações, licenças e permissões<sup>50</sup>.

O capítulo V traz a previsão dos crimes contra o meio ambiente nos artigos 29 a 69 e subdividem-se em crimes contra a fauna, contra a flora, poluição e outros crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e crimes contra a administração ambiental.

Os crimes podem ser de poluição, que pode ser atmosférica, hídrica, de praias, lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas<sup>51</sup>.

A ausência de medidas de precaução também é criminalizada, conforme art. 54 lei 9.605. Mas de acordo com o entendimento do Leme Machado, embora os crimes de perigo

---

<sup>49</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 114.

<sup>50</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 823.

<sup>51</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 841.

sejam aceitos, não parece razoável a aceitação de crimes tipificados exclusivamente pelo descumprimento do princípio da precaução<sup>52</sup>.

Além disso, a exploração mineral sem autorização é igualmente criminalizada, assim como deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, a produção de substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde ou ao Meio Ambiente e a disseminação de doenças, pragas e espécies<sup>53</sup>.

No campo penal não há que se cogitar da responsabilidade sem culpa. A tese da responsabilidade objetiva mostrar-se-ia como um terrível retrocesso na legislação brasileira com relação ao campo dos direitos humanos<sup>54</sup>.

Desse modo, para que seja configurada a responsabilidade penal de pessoas físicas ou jurídicas será necessário verificar o dolo ou culpa (negligência, imperícia ou imprudência) dos agentes responsáveis<sup>55</sup>.

Na luta contra a impunidade nos crimes corporativos, a responsabilidade penal da pessoa jurídica foi consagrada pela lei 9.605/1998 em atenção ao disposto no artigo 225, § 3º da CF. Aqui também aplicada a responsabilidade penal subjetiva<sup>56</sup>.

A referida lei acolheu a responsabilidade penal da pessoa jurídica como uma preocupação de combate ao crime ambiental corporativo. As sanções relativas aos crimes ambientais e infrações administrativas guardam estreita relação<sup>57</sup>.

O artigo 225, § 3º da CF é categórico na responsabilização das pessoas jurídicas e conforme destaca Leme Machado:

“Os constituintes captaram a vontade popular e sabidamente a expressaram ao firmar o princípio de que não basta responsabilizar a pessoa física do dirigente da empresa, em sua relação com o meio ambiente, com a economia popular, com a ordem econômica e financeira. A pessoa jurídica passou também a ser responsabilizada.”

Espera-se que funcione como elemento pedagógico, repressivo e de prevenção das condutas lesivas ao Meio Ambiente, indispensável em razão da danosidade social<sup>58</sup>.

<sup>52</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 848.

<sup>53</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 848.

<sup>54</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 179.

<sup>55</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 180.

<sup>56</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 180.

<sup>57</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 826.

A tipificação do comportamento da pessoa jurídica considera o interesse ou benefício da entidade e encontra-se no já citado art. 3, caput da lei 9.605.

“As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme disposto nesta lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de ser órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

Ambas as pessoas jurídicas, de direito privado e público, serão responsabilizadas. Incluem-se as associações, fundações e sindicatos. Também a administração pública direta e indireta. A lei não faz distinção alguma ou exceção<sup>59</sup>.

Dentre as penas aplicáveis, isolada, cumulativa ou alternativamente, de acordo com o disposto no art. 21 da referida lei, elas podem ser de três modalidades para a pessoa jurídica que cometa crimes ambientais: a multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos podem ser de suspensão parcial das atividades da empresa, suspensão total das atividades da empresa, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, em consonância com o artigo 22.

Quanto à prestação de serviços à comunidade, poderá ser de custeio de programas ou projetos ambientais, execução de obras de recuperação de áreas degradadas, manutenção de espaços públicos, contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas (art. 23).

Para as pessoas físicas, a Lei 9.605/1998 prevê como sanções no artigo 8º a prestação de serviços à comunidade, interdição de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar. O CDC previu também como pena a publicação em órgãos de grande circulação ou audiência, as expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação, no art. 78, II.

O parágrafo terceiro do artigo 225 da Constituição Federal diferencia reparação de sanção. A reparação tem natureza civil e independe de culpa do causador do dano, já a cominação penal ou administrativa requer a demonstração de culpa. O artigo 9 e 23, II, da lei 9.605 de 1998 preveem as hipóteses de restauração.

---

<sup>58</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 117.

<sup>59</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 181.

Ainda que os objetivos sejam os mesmos, de reparar o dano causado, os procedimentos penal e administrativo ambiental empregam uma técnica probatória quanto ao ônus da prova diferente do procedimento civil, o que será visto mais adiante.

Por fim, é importante ressaltar que a responsabilidade penal da pessoa jurídica pelo cometimento de infrações ambientais é um instrumento de política criminal que também é capaz de concretizar o princípio ambiental da prevenção, em razão do qual se impõe a tomada de medidas visando afastar ou minimizar os danos causados ao Meio Ambiente, de forma a garantir a perenidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas, bem como da natureza, como forma de antecipar-se ao processo de degradação ambiental com riscos e impactos já conhecidos pela ciência.

### **3.2.2 Responsabilidade administrativa pelo dano ambiental.**

A responsabilidade administrativa é resultante da transgressão de deveres administrativos e resulta na imposição, pelo Poder Público, de sanções cujo objetivo é realizar as tarefas administrativas a ele inerentes, que podem ser desde uma advertência até a interdição das atividades de uma empresa<sup>60</sup>.

O caput do art. 225 da CF impõe ao Poder Público a obrigação de defesa do Meio Ambiente através da imposição de condutas aos administrados. Essas condutas e as sanções pelo seu descumprimento são reguladas de forma geral na área federal pela lei 9.605/98 (sanções administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente), conforme estabelece o art. 24, § 1º da CF<sup>61</sup>, e por legislação estadual e municipal de forma concorrente em relação às infrações administrativas.

A lei 9.605 de 1998 contém, nos artigos 70 a 76, normas gerais sobre infrações administrativas e o artigo 70 estabelece que a infração administrativa ambiental caracteriza-se como toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. Mesma redação traz o decreto nº 6.514/2008, artigo 2º, que dispõe especificamente sobre as infrações e sanções administrativas no âmbito federal, aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente.

---

<sup>60</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 117.

<sup>61</sup> art. 24, § 1, da CF, que diz: “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”.

O auto de infração ambiental deverá apontar a regra jurídica violada e a responsabilidade se dá perante a administração pública pela conduta comissiva ou omissiva que lese o Meio Ambiente.

O artigo 23, VI, da CF estabelece que é competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios proteger o Meio Ambiente e combater a poluição em cada uma de suas formas, pois cabe as três unidades proteger o ambiente e também lhes incumbe fazer valer as providências de sua alçada, por meio do condicionamento e da restrição do uso e gozo de bens, atividades e direitos em benefício da qualidade de vida da coletividade, através da aplicação das sanções pertinentes nos casos de infringência das ordens legais da autoridade competente, obedecido o princípio da legalidade previsto no artigo 37, caput, CF<sup>62</sup>.

Por sua vez, o artigo 24, §1º, da Lei Suprema, estabelece que “no âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais”. Já §2º, do mesmo artigo, estabelece que a lei 9.605 de 1998 pode ser suplementada pelos estados e municípios na parte da infração administrativa, sem alterar a finalidade da norma geral federal.

Por força do art. 5º, LV da CF, as infrações administrativas deverão observar o contraditório e a ampla defesa e às infrações ambientais devem ser apuradas em processo administrativo próprio, pelo contido no §4º, art. 70, da Lei 9.605/1998. Também observadas as disposições da lei 9.784 de 1999, sobre processos administrativos.

O § 1º, do art. 70, da Lei 9.605/1998, define as autoridades competentes para lavrar o auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo, que são os funcionários de órgãos ambientais integrantes do sistema nacional de meio ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização.

O artigo 71, da Lei 9.605/1998, estabelece prazos para a realização dos atos no processo administrativo com vistas a evitar o retardamento do processo, tendo em vista que não há um ministério público administrativo, a própria administração fica encarregada de fazer o processo caminhar<sup>63</sup>.

O rol de sanções às infrações administrativas no âmbito da União é previsto no artigo 72 da lei 9605/1998 e podem ser: a) advertência; b) multa simples; c) multa diária; d) apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; e) destruição ou

---

<sup>62</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6. ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 181-182.

<sup>63</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 373.



inutilização do produto; f) suspensão de venda e fabricação do produto; g) embargo de obra ou atividade; h) demolição de obra; i) suspensão parcial ou total de atividades; j) restritiva de direitos. Os estados e municípios podem acrescentar outras infrações ao rol acima mencionado.

A doutrina não é uniforme com relação à necessidade de culpa ou dolo para responsabilização na esfera administrativa. Vários autores advogavam pela culpabilidade como elemento essencial da responsabilidade administrativa, tais como Maria Sylvia Di Pietro e Heraldo Vitta. Do outro lado figuravam autores como Regis Fernandes de Oliveira, Celso Antônio Bandeira de Mello, Hely Lopes e Vladimir passos de Freitas, defendendo a natureza objetiva da responsabilidade administrativa ambiental, pois a lei 9.605/1998 não faz distinção excluindo a responsabilidade de quem não se houve com culpa. Há casos em que mera omissão já é suficiente para configurar infração. Está é também visão do doutrinador Paulo Afonso Leme Machado que relaciona o regime de responsabilidade administrativa com a natureza das sanções cabíveis e sustenta que o sistema da lei 6.938/1991 é plenamente aplicável pela administração pública, não havendo necessidade de aferição do dolo ou negligência do infrator, cujas exceções estão previstas em lei<sup>64</sup>.

Essa divergência doutrinária e jurisprudencial em matéria de responsabilidade administrativa ambiental se refere à culpabilidade ou natureza desta responsabilidade. Em outras palavras: se há a necessidade (natureza subjetiva) ou não (objetiva) de comprovação de culpa do administrado para que possa ser responsabilizado pela Administração Pública.

No tocante à jurisprudência, a divergência foi dirimida no início de outubro de 2015 quando a 1ª Turma do STJ decidiu, por três votos a dois (AgRg no AREsp 62.584/RJ), pela responsabilidade subjetiva. Essa decisão está alinhada com a posição anteriormente firmada pela 2ª Turma do STJ no REsp 1.251.697/PR. Com isso, é preciso a comprovação da culpabilidade e o nexo causal entre a conduta e o fato considerado infracional para a responsabilização de poluidor indireto. A jurisprudência anterior desta Turma estava em consonância com a Lei 6.938/81 que determina a presunção de culpa de todos aqueles que estejam relacionados, direta ou indiretamente, com o dano ambiental.

Assim, segundo o acórdão,

[...] a responsabilidade civil ambiental é objetiva. Porém, tratando-se de responsabilidade administrativa ambiental, o terceiro, proprietário da carga, por não ser o efetivo causador do

---

<sup>64</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 183.

dano ambiental, responde subjetivamente pela degradação ambiental causada pelo transportador.

Nas palavras da Ministra Regina Helena Costa, "o terceiro, proprietário da carga transportada, por não ser o efetivo causador do dano ambiental, é responsabilizado subjetivamente pela lesão pelo transportador". Na mesma linha, o ministro Olindo Menezes enfatizou que "a responsabilidade civil por dano ambiental é subjetivamente mais abrangente do que a responsabilidade administrativa e penal, não admitindo estas últimas que terceiros respondam a título objetivo por ofensas ambientais praticadas por outrem". O último voto favorável a esse entendimento foi o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

### **3.2.3 Responsabilidade civil pelo dano ambiental.**

A base da responsabilidade civil no direito brasileiro atual encontra-se no artigo 927 do Código Civil que dispõe sobre a obrigação de reparar daquele que por ato ilícito causar dano a outrem. Sobre o ato ilícito, há a previsão do artigo 186, segundo o qual, comete ato ilícito aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. Já o artigo 187 fala sobre o excesso no exercício do direito, que também caracteriza ato ilícito, que é o abuso de direito.

Dentre as espécies de responsabilidade civil há a responsabilidade contratual e a extracontratual. A responsabilidade extracontratual é aquela causada por ato ilícito, cujas previsões legais encontram-se nos já citados artigos 186 e 187 do CC, enquanto que a responsabilidade contratual se dá pelo descumprimento de uma obrigação contratual que cause prejuízo à outra parte, cuja previsão está no artigo 389 do CC.

A responsabilização também poderá se dar de maneira objetiva ou subjetiva. Será subjetiva quando baseada na ideia de culpa e objetiva quando baseada na teoria do risco. A concepção tradicional da responsabilidade do agente causador de dano somente se configura se este agiu culposa ou dolosamente, ou seja, a análise se dá de maneira subjetiva.

Os elementos básicos da responsabilidade extracontratual por ato ilícito são: 1. Conduta comissiva ou omissiva que pode ser por ato próprio, de terceiros ou ainda por coisas ou animais que estejam sobre a guarda do agente; 2. Ocorrência de um dano e 3. Nexo causal entre a conduta do agente e o dano causado<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 119.

A responsabilidade civil pelo dano ambiental é regida pela lei 6.938/81 (art. 14, § 1º) e consiste no cumprimento de uma obrigação de fazer ou de não fazer e no pagamento de indenização em dinheiro, geralmente aplicado em atividade ou obra de prevenção ou reparação do prejuízo<sup>66</sup>.

Em um primeiro momento, o instituto da responsabilidade civil pelo dano ambiental foi relegado, pois na década de 70 surgiram mecanismos juspositivistas tidos como mais específicos à preservação ambiental. Contudo, na década de 80, reapareceu a temática do instituto da responsabilidade civil na dogmática do Direito Ambiental, como forma de reação à inoperância dos mecanismos do Direito Público<sup>67</sup>.

Na síntese dos motivos que levaram ao esquecimento da responsabilidade civil, a doutrina aponta os motivos funcionais, devido à visão de que a responsabilidade civil não servia como prevenção de danos, mas como instrumento *post factum* destinado à reparação; também os motivos técnicos, que levam em conta que o instituto não se adapta a complexidade do dano ambiental, pois se exige um dano atual, autor e vítima facilmente identificados, comportamento culposos e nexos causais estritamente determinados; e também os motivos éticos, pois a reparação civil dá um frio valor monetário à natureza, funciona como uma forma de comercialização do Meio Ambiente na hipótese de terminar em indenização, quando não for possível a reconstituição do bem lesado<sup>68</sup>; e também por questões acadêmicas, com a tendência monopolista do Direito Público e de outro, o Direito Privado abdicando de intervir<sup>69</sup>.

De fato, a responsabilidade civil tradicional não tinha condições de proteger efetivamente o Meio Ambiente. O ressurgimento da aplicação da responsabilidade civil para o Direito Ambiental se deu pela transformação dos recursos naturais em escassos; a percepção de que o Direito Público não oferecia proteção suficiente; a compreensão de que mesmo com prevenção e precaução, os acidentes ambientais são normais em qualquer atividade e continuariam ocorrendo; o caráter contraditório da resposta estatal ao problema, que somente colocava como solução o Direito Penal e Administrativo, mas isentava o bolso do poluidor, ao

---

<sup>66</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 399.

<sup>67</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 60.

<sup>68</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 60.

<sup>69</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 79.

afastar a responsabilidade civil; o surgimento de novos direitos subjetivos constitucionalizados (art. 225 CF) e uma maior sensibilidade do Direito para com a vítima<sup>70</sup>.

Para que houvesse esse resgate da responsabilidade civil foi necessária a sua renovação e orientação por princípios e objetivos específicos do Direito Ambiental<sup>71</sup>.

Dentre esses princípios encontra-se o da “precaução”, segundo o qual, diante da incerteza científica quanto à periculosidade ambiental, o Poder Público deve assumir o pior e proibi-la. Não cabe aos titulares de direitos ambientais provarem efeitos negativos, cabe aos empreendedores provar a inofensividade de sua atividade. Principalmente se o eventual dano possa ser irreversível, de difícil reversibilidade ou de larga escala.<sup>72</sup> Trata-se de dever genérico e abstrato de não degradação do Meio Ambiente.

Outro princípio que deve orientar a responsabilidade pelo dano ambiental é o “poluidor-pagador”, que determina que o poluidor assuma os custos das medidas necessárias a garantir que o Meio Ambiente permaneça em um estado aceitável, conforme determinado pelo Poder Público, pois os custos da poluição não devem ser externalizados<sup>73</sup>.

Já o princípio do “usuário-pagador” estabelece que os preços devem refletir todos os custos sociais do uso e esgotamento do recurso. A ideia de tal princípio é que se pague pelo consumo de um bem que é de todos, incorporando tal custo no preço final dos produtos<sup>74</sup>.

O resgate da responsabilidade civil, além de se orientar por princípios de Direito Ambiental, tomou por base a importância de se considerar a complementariedade das técnicas de proteção ao Meio Ambiente (civil, administrativa e penal), de modo a funcionarem de maneira integrada<sup>75</sup>.

Quando todos os outros mecanismos se mostrarem insuficientes (prevenção, sanção administrativa e penal) ou falharem, a responsabilidade civil será a última opção para corrigir

---

<sup>70</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 80.

<sup>71</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 81.

<sup>72</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 92.

<sup>73</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 93.

<sup>74</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 93.

<sup>75</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 82.

o déficit ambiental<sup>76</sup>. A CF de 88 deu destaque à proteção ambiental até então incipiente, mas o papel da responsabilidade civil será sempre complementar<sup>77</sup>.

Além disso, conforme ressalta Morato Leite, é fácil perceber que os eventuais poluidores, sabendo que serão responsabilizados economicamente pelos danos que causarem, terão forte motivo para evitar e prevenir esses danos. Desse modo, o instituto da responsabilidade civil além de contribuir para a compensação dos custos sociais do dano ambiental, pode fazer com que o poluidor atue preventivamente ante a degradação ambiental e, conseqüentemente, diminua os riscos ambientais<sup>78</sup>.

Percebe-se que o sistema da responsabilidade civil também atua preventivamente, pois além de trazer segurança jurídica, ante a certeza da imputação, faz com que o eventual poluidor evite o dano e contribui para a conscientização da preservação<sup>79</sup>.

A responsabilidade civil passou da simples reparação da danosidade para prevenir a danosidade potencial, incluiu a preocupação com custos sociais que possam ocorrer no futuro, de modo a causar um resultado preventivo indireto, pois encoraja o potencial poluidor a tomar as cautelas necessárias, prevenindo futuros danos<sup>80</sup>.

Conforme apontamentos de Morato Leite, a responsabilidade civil tem dupla função, a de dar segurança, pois os indivíduos sabem que devem respeitar o patrimônio alheio sob pena de responsabilização e, conseqüentemente, esperam que seu patrimônio seja respeitado; e servir como sanção civil de natureza compensatória. Mas é possível vislumbrar outras funções como a de cessar uma atividade danosa e também uma função preventiva ao inibir o agente de praticar uma conduta que possa causar dano<sup>81</sup>.

Como bem observa Leme Machado:

“O direito ambiental engloba as duas funções da responsabilidade civil objetiva: a função preventiva – procurando, por meios eficazes, evitar o dano – e a função reparadora – tentando reconstituir e/ou indenizar os prejuízos ocorridos. Não é social e ecologicamente

<sup>76</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 90.

<sup>77</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 96.

<sup>78</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 63.

<sup>79</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 63.

<sup>80</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 88.

<sup>81</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 114.

adequado deixar-se de valorizar a responsabilidade preventiva, mesmo porque há danos ambientais irreversíveis”<sup>82</sup>.

A ideia inicial da responsabilidade não é a prevenção, contudo, na sociedade contemporânea, marcada pela proliferação dos riscos, a responsabilidade exerce a função de prevenir comportamentos antissociais, dentre os quais aqueles que implicam a geração de riscos. Trata-se de uma solidariedade com o futuro, baseada nos já citados princípios da precaução, da prevenção e do poluidor pagador<sup>83</sup>. A responsabilidade civil estimula atividades econômicas que reduzam riscos ambientais, pois prevenir passa a ser menos custoso que reparar<sup>84</sup>.

Outro benefício de tal instituto é o fortalecimento do exercício da cidadania e a abertura da esfera privada ao possibilitar que o indivíduo e associações exijam a reintegração dos bens ambientais lesados ou ameaçados. Trata-se de uma opção aos instrumentos jurídicos administrativos de tutela do ambiente, que ainda não trazem resultados satisfatórios quanto ao combate à degradação ambiental<sup>85</sup>.

O sistema de responsabilidade funciona como uma resposta da sociedade aqueles que degradam o Meio Ambiente e que devem responder pelos seus atos, caso contrário, haverá falta de imputação ao agente poluidor e insegurança jurídica<sup>86</sup>.

Porém, ainda que orientada por princípios próprios do Direito Ambiental, ainda que traga vários benefícios para a proteção do meio, a responsabilidade civil pelo dano ambiental enfrenta muitos desafios.

Primeiramente, há que se considerar que a responsabilidade civil vai além dos interesses individuais e alcança a violação dos direitos difusos e coletivos, mas não é o que ocorre no Código Civil atual. É necessário um instrumental legislativo processual mais avançado e específico para os danos ambientais, condizente com os direitos coletivos e não somente restrito a direitos individuais<sup>87</sup>.

---

<sup>82</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 410.

<sup>83</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 175.

<sup>84</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 91.

<sup>85</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 63.

<sup>86</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 67.

<sup>87</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 62.

Diante dessa constatação, em uma visão mais condizente com os interesses coletivos e difusos, o legislador brasileiro disciplinou a sua tutela reparatória coletiva, proveniente da responsabilidade civil, em diplomas específicos e apartados da relação interindividual, como a Ação Civil Pública e a Ação Popular.<sup>88</sup> Mas cabe também ao judiciário apreciar as demandas ambientais e exercer sua tarefa jurisdicional na responsabilização dos danos ambientais de caráter essencialmente coletivo<sup>89</sup>.

Além disso, o sistema da responsabilidade civil pelo dano ambiental encontra muitas dificuldades, como os danos causados a distância, danos causados pelas cargas ambientais acumuladas, poluição generalizada (uso de automóveis e poluição atmosférica). Nestas hipóteses, é necessário procurar mecanismos complementares de responsabilidade juridicamente ancorados em princípios<sup>90</sup>.

Os sujeitos da relação jurídica obrigacional são de difícil identificação, pois a degradação do Meio Ambiente não raro tem causadores plúrimos, vítimas pulverizadas, dano de manifestação retardada ou de caráter cumulativo e, cumulado a isso, nem sempre o responsável pelo dano não tem todos os recursos necessários para reparar o mal que causou<sup>91</sup>.

Ressalta-se que a responsabilidade por dano ambiental somente deve ser acionada quando a ameaça de dano é iminente ou quando a lesão ocorreu e os outros mecanismos de tutela ambiental não responderam a imputação do agente e, uma vez ocorrido o dano ambiental, é difícil a reparação, a recuperação ou mesmo a indenização<sup>92</sup>.

Por tais apontamentos, percebe-se a necessidade de um regime especial para a responsabilidade civil pelo dano ambiental. Primeiro porque o bem jurídico tutelado integra a categoria dos valores fundamentais da nossa sociedade, na medida em que esse bem é que viabiliza a integralidade dos seres vivos por ser um “bem essencial à sadia qualidade de vida”. Segundo porque possui princípios particulares<sup>93</sup>.

Portanto, para que haja a efetiva responsabilização é necessário adequar a responsabilidade civil às necessidades exigidas pela complexidade do bem ambiental e de sua

<sup>88</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 123.

<sup>89</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 62.

<sup>90</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 64.

<sup>91</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 85.

<sup>92</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 67.

<sup>93</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 84.

proteção. Faz-se necessária uma releitura do Direito Civil e inclusão da proteção ao direito ou interesse coletivo e difuso do ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida no instituto da responsabilidade<sup>94</sup>.

Para que a responsabilidade civil dê conta do dano ambiental, é necessário que sejam feitos alguns ajustes, como a ampliação dos sujeitos responsáveis, com os institutos da solidariedade e desconsideração da personalidade jurídica; flexibilização do universo de eventuais vítimas; afastamento da exigência de culpa; facilitação da prova da causalidade; redefinição do conceito de dano; diminuição das hipóteses de exclusão; remédios reparatórios com foco na restituição do bem lesado; regime próprio para prescrição e decadência; seguro obrigatório para algumas atividades perigosas; facilitação do acesso à justiça; instituição de fundos compensatórios para futuras vítimas; multa civil, dentre outros<sup>95</sup>.

O dano ambiental comporta-se de maneira diferenciada da danosidade comum, possui forma complexa de atuação em rede. Há ainda o agravante da incerteza jurídica<sup>96</sup>. Por isso o Brasil tem um regime especial de responsabilidade civil pelo dano ambiental, o que será visto com mais detalhes nos próximos tópicos.

### **3.2.3.1 Elementos da responsabilidade civil: a conduta.**

O regime de responsabilidade civil do Código Civil de 16 era de responsabilidade subjetiva. Contudo, mesmo naquela época os autores já questionavam tal regime afirmando que este era incapaz de propiciar a reparação das várias espécies de danos de maneira efetiva. Então, aos poucos, foi se flexibilizando esse tipo de responsabilização, e hoje, embora o código atualmente vigente preserve a responsabilidade civil subjetiva no caput do artigo 927, o parágrafo único do mesmo dispositivo estabeleceu o regime da responsabilidade civil objetiva<sup>97</sup>, que estabelece a obrigação de reparar o dano independente de culpa, em algumas situações especificadas em lei ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem:

<sup>94</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 62.

<sup>95</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 95.

<sup>96</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 87.

<sup>97</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 174.



Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A responsabilidade civil extracontratual ilícita é baseada na teoria da culpa, que é diferente da responsabilidade por risco ou objetiva, decorrente de ato lícito. O ato ilícito é conduta em desacordo com o Direito, que compreende o dolo e a culpa por imprudência, imperícia ou negligência. Culpa é violação de um dever preexistente<sup>98</sup>.

A Teoria da culpa é fundada nos princípios do liberalismo econômico, no plano jurídico, fundada no estrito respeito aos ditames da lei, do individualismo e da teoria da autonomia da vontade. É uma teoria subjetiva que classifica a culpa como: a) culpa lata, leve e levíssima, b) culpa contratual e extracontratual, c) culpa *in eligendo* e *in vigilando*, d) culpa *in comittendo*, *in omittendo* e *in custodiendo*, e) culpa *in concreto* e culpa *in abstracto*<sup>99</sup>.

Contudo, o modelo clássico da responsabilidade civil baseado na culpa não era tão eficaz na proteção ambiental, pois não inibia o degradador ambiental. A sociedade industrializada com seus perigos e riscos inerentes trouxe a necessidade de dar maior proteção às vítimas, por atos danosos, plenamente lícitos. A prova de negligência e imperícia se tornava cada vez mais difícil<sup>100</sup>.

A responsabilidade subjetiva mostra-se insuficiente quando relacionada ao Meio Ambiente, já que a necessidade de provar a culpa do poluidor acaba por levar a irresponsabilidade<sup>101</sup>.

Em 1993, a convenção sobre responsabilidade civil dos danos resultantes de atividades perigosas para o Meio Ambiente, elaborada sobre o patrocínio do conselho da Europa, foi aberta para a assinatura dos países integrantes em Lugano e nela constava que era necessário estabelecer um regime de responsabilidade objetiva para o dano ambiental, levando-se em conta o princípio poluidor-pagador<sup>102</sup>.

Desse modo, foi consagrada no Brasil a regra da responsabilidade civil objetiva por danos ambientais em 1981, de modo que, não é mais necessário provar que o agente poluidor

<sup>98</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 120.

<sup>99</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 121.

<sup>100</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 125/126.

<sup>101</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 123.

<sup>102</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 415.

praticou o ato por dolo ou culpa em nosso país, basta comprovar o nexo de causalidade ante a determinação do fato e a ocorrência do dano para ser imputada a responsabilidade civil do poluidor e o dever de reparar<sup>103</sup>.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, nº 6.938/1981, no artigo 14, §1º, consagrou a responsabilidade civil objetiva para qualquer espécie de lesão ao Meio Ambiente em nosso país:

“Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente”.

A partir de 1988, o dano ambiental passou a ter também como preceito constitucional a teoria do risco, assim passou-se a não se levar em consideração a ilicitude da conduta do agente<sup>104</sup>.

Uma efetiva tutela do Meio Ambiente exige um regime de responsabilidade civil objetiva. A jurisprudência evoluiu para tornar o novo adquirente do imóvel como parte legítima para responder pelo dano ambiental. A obrigação prevista no Código Florestal de reparar o dano é transmitida quando da aquisição do bem, independentemente de este ter responsabilidade pelo dano ambiental, ou seja, independentemente de culpa<sup>105</sup>.

A base da responsabilidade objetiva, oriunda da teoria do risco, está na socialização dos lucros ou do dano, sob o fundamento de que aquele que lucra com uma atividade deve responder pelo risco ou pela desvantagem dela resultantes<sup>106</sup>.

A responsabilidade objetiva consiste no dever jurídico de reparar daquele que danificar o meio ambiente. É contra o Direito enriquecer-se ou ter lucro à custa da degradação ambiental, e quem cria o perigo é por ele responsável. O perigo é o risco de sofrer um dano, uma situação de ameaça<sup>107</sup>.

O risco pode ser concreto ou abstrato. O risco concreto caracteriza-se pelo perigo produzido pelos efeitos nocivos da atividade perigosa. O risco abstrato guarda relação com o

<sup>103</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 174.

<sup>104</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 123.

<sup>105</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 175.

<sup>106</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 64.

<sup>107</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 405.

perigo da própria atividade desenvolvida. Sendo assim, a simples atividade geradora de riscos potenciais e não de danos concretos podem suscitar a responsabilização do agente e obrigá-lo a cessar a atividade nociva<sup>108</sup>.

Tal instituto baseia-se na ideia de que a situação ideal é a do equilíbrio, na qual há a conciliação entre os direitos do homem e seus deveres para com os seus semelhantes. Então, quando ocorre conflito de interesses, há de prevalecer o interesse da coletividade. Não é admissível que o direito de um prejudique o outro<sup>109</sup>.

Isso vale também para o Poder Público. Como não há regras específicas para a proteção ambiental, na maioria dos casos, pode ser que a atividade discricionária da administração cause prejuízos aos seres humanos e ao Meio Ambiente, prejuízos esses que devem igualmente ser reparados conforme o regime de responsabilidade civil objetiva, de acordo com o art. 14, § 1º, da lei 6.938 de 1981. Afinal, a administração pública federal, estadual ou municipal não pode ignorar e afastar os bens e valores ambientais protegidos pela Constituição Federal, nem por sua ação (licenciamento ambiental), nem por sua omissão (fiscalização, monitoramento ou auditoria)<sup>110</sup>.

Com base em tal entendimento, não é apreciada subjetivamente a conduta do poluidor, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e seu ambiente. Entende-se que a atividade poluente acaba por ser a apropriação pelo poluidor dos direitos de outrem, pois a atividade poluente é como um confisco do direito de outrem em respirar ar puro, beber água saudável e viver tranquilamente<sup>111</sup>.

A desnecessidade de prova de culpa do agente degradador na responsabilidade por risco denota um avanço que facilita a responsabilização, como uma forma de superação dos obstáculos trazidos pelo dano ambiental<sup>112</sup>.

É evidente que a responsabilidade objetiva incentiva o potencial agente degradador a investir em equipamentos que diminuam a possibilidades de danos, pois estes custam bem

---

<sup>108</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 124.

<sup>109</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 405.

<sup>110</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 420/421.

<sup>111</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 405.

<sup>112</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 64.

menos do que uma indenização e isso facilita a proteção dos prejudicados.<sup>113</sup> O juiz então não precisa se preocupar com a licitude ou não da atividade, apenas com o nexo de causalidade<sup>114</sup>.

Acrescente-se a isso que a licença ambiental não libera o empreendedor licenciado de seu dever de reparar o dano ambiental causado. A licença, quando integralmente regular, retira o caráter de ilicitude administrativa do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar. A ausência de ilicitude administrativa ira impedir a própria administração pública de sancionar o prejuízo ambiental, mas nem por isso haverá irresponsabilidade civil<sup>115</sup>.

Quanto ao caso fortuito e força maior, o art. 393 do CC estabelece que “o caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir”.

Conforme ensinamentos de Leme Machado, a noção de caso fortuito e força maior possui um elemento interno que é de caráter objetivo, ou seja, a inevitabilidade do evento, e outro externo e subjetivo, a ausência. Desse modo, o caso fortuito seria “o acidente produzido por força física ininteligente, em condições que não podiam ser previstas pelas partes” e a força maior “é o fato de terceiro, que criou, para a inexecução da obrigação, um obstáculo, que a boa vontade do devedor não pode vencer”<sup>116</sup>.

Essas excludentes de responsabilidade, porém, não se aplicam ao dano ambiental, pois nosso ordenamento adotou a teoria do risco integral, de modo que o exercício de uma atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente tem como consequência a responsabilidade do empreendedor por quaisquer prejuízos que a atividade venha a causar, não se admitindo o caso fortuito e a força maior como excludente de responsabilidade<sup>117</sup>.

Embora haja avanços, ainda persiste outras questões complexas e difíceis de serem solucionadas, como a legitimação, a avaliação do dano, a autorização administrativa e o dano ambiental, o nexo causal, dentre outras. Caberá ao Poder Judiciário que, amparado com um sistema instrumental aperfeiçoado ao processo coletivo ambiental e com a responsabilidade

---

<sup>113</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 128.

<sup>114</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 130.

<sup>115</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 421.

<sup>116</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 422.

<sup>117</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 175.

por risco, mais condizente com o dano ambiental, tarefa importante na interpretação e solução das várias questões pendentes<sup>118</sup>.

### 3.2.3.2 Elementos da responsabilidade civil: o dano.

A lei 6.938/81 prevê como um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente a imposição ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar e ou indenizar os danos causados (art. 4º, VII), independentemente da existência de culpa (art. 14, §1º). Mas, para que a responsabilidade se torne obrigação, é necessário saber se o bem lesado é juridicamente relevante (conforme já explicitado no tópico sobre o dano ambiental) e pressupõe a existência de sujeitos ativos e passivos da obrigação (o que será visto melhor na parte do nexo de causalidade).

Não tendo sido eficaz o procedimento preventivo, constata-se a ocorrência do dano ao Meio Ambiente, então o Direito Ambiental apresenta um novo tipo de comportamento ao efetivar-se a responsabilização jurídica do poluidor ou agressor dos recursos ambientais<sup>119</sup>.

Os danos ambientais podem ser materiais, morais ou corporais, basta a lesão do interesse jurídico protegido pelo Direito e a lesão não pode ser hipotética, mas pode ser atual ou futura<sup>120</sup>.

Dentre os instrumentos processuais para a busca da reparação do dano, encontram-se as regras do Direito Civil e Código de Processo Civil; Ação Popular Ambiental e a Ação Civil Pública, nos termos da lei 7.347 de 1985, com as alterações do Código de Defesa do Consumidor, em se tratando de direitos individuais homogêneos<sup>121</sup>.

A tutela reparatória individual pode ser de duas formas: microbem- direito individuais ou individuais homogêneos e macrobem – direitos subjetivos fundamentais, proteção ao direito fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado<sup>122</sup>.

O interesse protegido de forma direta é a lesão ao patrimônio e demais valores da pessoa e o Direito Ambiental é protegido de forma indireta, mediata e incidental. Mas poderá

<sup>118</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 64.

<sup>119</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 418.

<sup>120</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 121.

<sup>121</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 138.

<sup>122</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 138.

também a parte valer-se do aparato legislativo específico de Direito Ambiental para fundar seu pedido, conforme art. 14, § 1º, da lei 6.938 de 1981 e do art. 927 do CC, além do CDC<sup>123</sup>.

Na esfera civil, esse dever de reparar está ligado à culpa ou imposição legal e decorre de exigências éticas e de condutas sociais. É um fato social, pois aquele que vive em sociedade e comete um ato ou omissão que cause prejuízo fica obrigado a reparar. A finalidade é punir o causador do dano, fazer com que ele o repare e evitar novos danos<sup>124</sup>.

Como bem aponta Guilherme Figueiredo, a socialização do risco ambiental, embora possa ajudar na necessidade de rápida indenização, não se mostra interessante. Afinal, a ideia é distribuir os riscos por toda a sociedade, transformando a responsabilidade pelo dano ambiental em socialmente solidária. Contudo, tal raciocínio é simplista e questionável, pois parte do pressuposto que toda sociedade é beneficiada pela alteração do Meio Ambiente por atividade humana, pela geração de empregos, pela arrecadação de impostos ou pelo bem estar e desenvolvimento dessa atividade decorrente, ignorando que a sociedade não é homogênea e os diferentes modos pelos quais diferentes grupos se beneficiam ou são prejudicados pela exploração dos recursos naturais<sup>125</sup>.

Por esse motivo, e devido à indisponibilidade do interesse público na proteção do Meio Ambiente, no Brasil adota-se um sistema de responsabilidade objetiva e de reparação integral<sup>126</sup>.

A reparação integral significa que o dano ambiental deve ser recomposto em sua integralidade. A premissa é que o lesado não deve suportar um dano que beneficia economicamente o agente<sup>127</sup>.

O princípio da reparabilidade integral do dano ao Meio Ambiente foi consagrado pela CF/88 e, conforme explicita Herman Benjamin, significa que:

“são vedadas todas as formas e fórmulas, legais ou constitucionais, de exclusão, modificação ou limitação da reparação ambiental, que deve ser sempre integral, assegurando proteção efetiva ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”<sup>128</sup>.

<sup>123</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 139.

<sup>124</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 113.

<sup>125</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 177.

<sup>126</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 418.

<sup>127</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 129.

<sup>128</sup> BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998. p. 94.

Contudo, mesmo com todos esses mecanismos, os danos causados ao Meio Ambiente são muito difíceis de serem reparados e alguns são irreversíveis e irreparáveis, daí a importância de se prevenir e evitar o dano.

Sendo assim, é importante analisar as modalidades de reparação do dano ecológico, uma vez que, em grande parte dos casos, não basta indenizar, mas é necessário fazer cessar a causa do mal, afinal, o dinheiro é incapaz de substituir a saúde dos brônquios ou a boa formação do feto <sup>129</sup>.

Também por esse motivo que o caput do art. 13, da lei 7.347/1985, assim dispõe:

“havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um conselho federal ou por conselhos estaduais de que participarão necessariamente o MP e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados”.

Há casos em que a reparação é imprescindível, mas a empresa poluidora já não existe mais, como empresas falidas. Nesses casos resta a possibilidade de utilização do fundo de defesa de direitos difusos FDD (artigo. 5º, § 6º, 13 e 20 da lei 7.347/1985) e Decreto 1.306/1994<sup>130</sup>.

Uma das formas de contornar a situação do problema da irresponsabilidade é o seguro de responsabilidade civil por poluição ambiental. Como sugere Leme Machado, é possível a criação de um fundo para reparação de danos ecológicos, diante da proporção e da intensidade de algumas modalidades danosas, advindas por vezes de autores desconhecidos ou de difícil identificação<sup>131</sup>.

Em razão da complexidade alta do dano ambiental, a prova do nexo de causalidade é dificultada se tomarmos por base a doutrina tradicional do Direito Civil. Assim, pensar em formas de adequar a teoria do risco a complexidade do dano ao meio ambiente é uma das tarefas necessárias para se chegar à reparação integral. Esse é o grande desafio para a promessa de sustentabilidade.

### 3.2.3.3 Elementos da responsabilidade civil: o nexo de causalidade.

<sup>129</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 405.

<sup>130</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 178.

<sup>131</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 425.

O nexu causal é o liame entre a conduta do agente e o dano ressarcível, um dos elementos da responsabilidade civil pelo dano ambiental de maior complexidade.

Embora haja um sistema de responsabilidade objetiva pelo dano ambiental, o que facilita a responsabilização do causador do dano, há ainda um entrave ao sujeito ativo da relação processual que é a prova do nexu de causalidade. Em se tratando de dano ambiental, o nexu de causalidade não é simples. As provas a esse respeito são de difícil caracterização, pois pode ser que o dano seja anônimo ou causado por poluição crônica (poluição por veículos automotivos). Além disso, a verificação técnica sobre a causalidade entre a exposição e o dano é complexa; algumas consequências danosas somente se manifestam depois de um determinado tempo; o dano pode ser oriundo de emissões indeterminadas e acumuladas; os locais emissores e os efeitos danosos podem ser muito distantes, dentre outras situações que dificultam a identificação do poluidor<sup>132</sup>.

Raramente há um único responsável pelo dano ambiental que pode ter fontes múltiplas e ser proveniente de atividades conjuntas e de risco, sem que seja possível determinar com exatidão o responsável<sup>133</sup>.

A responsabilidade civil pelo dano ambiental proveniente de mais de uma fonte esta amparada pelo princípio da solidariedade civil, de modo que é possível acionar qualquer um dentre os múltiplos agentes que concorreram para o mesmo risco de dano, para responder pelo resultado. Os agentes poluidores que integram o processo produtivo dentro de uma ordem econômica respondem solidariamente pelos danos causados por força do artigo 170, VI, da CF. A demanda pode ser em litisconsórcio facultativo, conforme art. 46, I, CPC<sup>134</sup>.

O princípio da solidariedade civil ampara a responsabilidade civil pelo dano ambiental, de modo que a escolha entre um dentre os múltiplos agentes que concorreram para o mesmo risco de dano para responder por esse dano é lícita<sup>135</sup>.

Conforme ensinamentos de Leme Machado, em um conglomerado de indústrias, pode ser difícil apontar todas as fontes poluidores que contribuíram para causar o dano, por isso, a

---

<sup>132</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 178/179.

<sup>133</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 180.

<sup>134</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 178.

<sup>135</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 177.



vítima não está obrigada a processar todos os poluidores, ela pode optar por acionar, por exemplo, o mais solvente<sup>136</sup>.

Outro não é o entendimento do STJ que no Resp. 880.160 RJ, de relatoria do ministro Mauro Campbell Marques, que assentou o entendimento de que, em virtude da solidariedade, nenhum dos agentes poluidores poderá alegar a não contribuição direta e própria para o dano ambiental como forma de se isentar do dever de reparar, resguardado o direito de regresso, ou seja, a parte vencida poderá demandar das demais empresas que também contribuíram para o dano.

Os regimes em matéria de Meio Ambiente devem normalmente exigir relação de causalidade entre a atividade empreendida e os danos ocorridos. Mas esta disposição não prejudica o estabelecimento de presunções de causalidade relativas às atividades perigosas ou relativas a danos acumulados ou duradouros imputáveis não a uma só entidade, mas a um setor ou um tipo de atividade<sup>137</sup>.

O número de danos que a atividade econômica pode causar ao Meio Ambiente nos dias atuais é enorme. Devido à natureza difusa dos bens tutelados, estes danos, muitas vezes, atingem um elevado número de vítimas indeterminadas. Além disso, é difícil isolar o meio da pessoa, o poluidor, o usuário e a vítima entre si, e a possibilidade de buscar com precisão o nexo de causalidade entre dano e agente<sup>138</sup>.

Pelo princípio da precaução, deve-se adotar medidas preventivas sempre que houver fundamento para pensar que as substâncias utilizadas pela empresa possam, direta ou indiretamente, prejudicar os recursos biológicos e acarretar danos, mesmo que a relação de causalidade entre as causas e os efeitos não estejam bem estabelecidas<sup>139</sup>.

Não seria plausível exigir da população atingida pelo dano que provasse que a empresa poluidora agiu por negligência, imperícia ou imprudência ou com a intenção de causar o dano<sup>140</sup>.

Pelos motivos expostos que parecem relevantes as propostas apresentadas por Guilherme Figueiredo, de adoção de um sistema de presunções fáticas de ocorrência de danos.

---

<sup>136</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 413.

<sup>137</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 416.

<sup>138</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 176.

<sup>139</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 416.

<sup>140</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 176.

A ser adotado quando a prova for difícil, mas os indícios sejam suficientes para justificar sua adoção por aplicação de regras ou máximas de experiência<sup>141</sup>.

O artigo 10 da referida Convenção de Lugano faz uma espécie de convite ao juiz para que esse não seja muito exigente quanto ao nexo de causalidade e de não exigir mais do que a probabilidade<sup>142</sup>. Com a inversão do ônus da prova, cabe ao demandado provar que não tem nenhuma relação com o dano<sup>143</sup>.

Com base na percepção da complexidade do dano ambiental e da dificuldade de identificar os poluidores, parece interessante a adoção da responsabilidade objetiva agravada para os danos ambientais. Sobre o assunto, Fernando Noronha, ao discorrer sobre a responsabilidade objetiva, aponta que há duas correntes relativas a teoria do risco que serviram para consolidá-la, que é a responsabilidade objetiva comum e a agravada<sup>144</sup>.

Enquanto que na responsabilidade objetiva comum basta a prova do dano oriunda da atividade desenvolvida pelo poluidor (teoria recepcionada pelo parágrafo único do artigo 927 do CC), na responsabilidade objetiva agravada, a causalidade da conduta do agente é dispensada, pois exige-se apenas uma relação entre a atividade do agente e o resultado lesivo: uma relação de risco. Nesse último caso, o nexo de causalidade operasse “*in re ipsa*”, tamanho o risco advindo de tal atividade<sup>145</sup>.

Na responsabilidade objetiva agravada, o responsável é obrigado a reparar danos que não deu causa, mas deve reparar simplesmente por terem ocorrido durante a atividade que desenvolve. É uma responsabilidade especialíssima, destinada a situações específicas, nas quais dispensa-se a comprovação do nexo de causalidade ou de qualquer conduta omissiva ou comissiva do agente, embora seja necessário algum nexo entre o dano e os riscos da atividade<sup>146</sup>.

Noronha explicita que, para que incida a responsabilidade objetiva agravada, é necessária a ocorrência de 3 fatores. O primeiro é o atingimento da integridade física ou psíquica de uma pessoa, e não apenas a afetação de bens, pois a agravação da

<sup>141</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 176.

<sup>142</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012. p. 416.

<sup>143</sup> LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 186.

<sup>144</sup> NORONHA, Fernando. **Desenvolvimentos contemporâneos da Responsabilidade Civil**. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 88, v. 761, mar. 1999. p. 38.

<sup>145</sup> NORONHA, Fernando. **Desenvolvimentos contemporâneos da Responsabilidade Civil**. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 88, v. 761, mar. 1999. p. 38.

<sup>146</sup> NORONHA, Fernando. **Desenvolvimentos contemporâneos da Responsabilidade Civil**. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 88, v. 761, mar. 1999. p. 38.

responsabilidade se dá pelo fato de o dano envolver um ser humano. O segundo fator é que a responsabilidade é agravada em razão de uma atividade empresarial ou serviço público que, por sua natureza, apresenta riscos próprios que não aconteceriam sem essa atividade. O objetivo econômico da atividade justifica a responsabilização. Por fim, o terceiro fator é que os riscos próprios da atividade normalmente desenvolvida pela empresa devem ter alguma conexão com o dano ocorrido. Não se trata de dano causado, pois aquele que causa um dano é subjetivamente responsável, e esses riscos advêm da própria atividade em si<sup>147</sup>.

Assim, a responsabilidade objetiva agravada parece uma ótima solução ao problema da verificação do nexo de causalidade na responsabilidade pelo dano ambiental.

Há que se ressaltar que em decorrência da responsabilidade solidaria há a possibilidade de se provocar um abalo econômico financeiro na atividade lucrativa, por exemplo, para um produtor de pequeno porte, há também os casos de falência, casos em que a empresa não existe mais, que acarreta na irresponsabilização ambiental, mesmo que a reparação seja imprescindível<sup>148</sup>.

Para tais casos em que não é possível encontrar um responsável há o já citado fundo de defesa de direitos difusos (FDD), previstos nos arts. 5º, § 6º, 13 e 20 da lei 7.347/1985, regulamentado pelo dec. 1.306/1994.

E para finalizar a discussão sobre a responsabilidade pelo dano ambiental, importante fazer uma observação sobre a prescrição que, segundo entendimento pacífico do STJ, não se aplica à reparação do dano ambiental (a exemplo: RESP 1120117 de relatoria da Ministra Eliana Calmon, publicado em 19.11.2009). Entende-se que crimes contra a humanidade são imprescritíveis, situação na qual se encontra o dano ambiental, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial a formação dos povos, independentemente de não estar expresso no texto legal.

---

<sup>147</sup> NORONHA, Fernando. **Desenvolvimentos contemporâneos da Responsabilidade Civil**. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 88, v. 761, mar. 1999. p. 37/38.

<sup>148</sup> FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013. p. 178.

### III CAPÍTULO

#### 4. O caso Vicuña: a escolha do tema, sua importância e a metodologia adotada.

A experiência do trabalho ou de uma visita a um gabinete de juiz integrante de uma das Câmaras de responsabilidade civil, no Tribunal de Justiça do Paraná, possibilita a constatação do grande número de processos volumosos que entram no local, oriundos do “caso Vicuña”. Os armários ficam abarrotados e quase não sobra espaço para outros processos.

Além disso, essa experiência demonstra que os processos chegam aos poucos, mas vão embora “em bloco”. O motivo é que a decisão que um juiz dá para um processo é igualmente aplicada a outro, conduta repetida pelos advogados, que também peticionam com base em modelos.

Mas o principal acontecimento relacionado ao caso Vicuña, que justifica a escolha da pesquisa, é a divergência das Câmaras de responsabilidade civil para resolver a questão posta na lide.

Tomando por base somente as repercussões processuais, já é possível ver a relevância de se falar sobre o caso, o que se evidencia ainda mais através da descoberta de seus desdobramentos.

O primeiro aspecto interessante, já citado, são os reflexos no judiciário, em especial o tempo de duração para resolução da controvérsia, que mesmo após mais de dez anos do acidente ainda encontra-se em discussão nos tribunais, além da controvérsia gerada para resolver o problema, com o surgimento de decisões diferentes para situações análogas.

A explosão do navio Vicuña ainda possui grande amplitude, pois foi um dos maiores desastres ecológicos do estado, causou múltiplos danos, com vários sujeitos envolvidos e possui repercussão nacional (reconhecida pelo STJ - REsp 1602106-PR).

As tragédias ambientais são comuns e causam vários danos ao Meio Ambiente e a população, sendo muito importante discutir a quem cabe a responsabilidade por tais danos. Esse tema é de grande importância para o Direito, na medida em que são cada vez mais frequentes os “acidentes” em geral, especialmente os que causam a poluição das águas e acarretam em prejuízos ao Meio Ambiente como um todo e as comunidades locais, principalmente os que vivem da pesca.

Por esse motivo, trabalhar com casos facilita o entendimento sobre a complexidade do dano ao Meio Ambiente. Enquanto o aquecimento global, efeito estufa e mudanças climáticas são assuntos bastante questionados, tanto que alguns acreditam que esses fenômenos sequer

existem, o dano ambiental é inquestionável e todos podem ter acesso aos registros das consequências nefastas oriundas de uma tragédia como a que será exposta nesse trabalho.

Assim, a metodologia adotada foi a de estudo de caso, utilizando a explosão do navio Vicuña no litoral paranaense como paradigma, aliada a revisão bibliográfica sobre o assunto.

O estudo tem por objeto uma pesquisa analítica, de modo a problematizar o caso paradigmático e questionar as teorias adotadas para resolução do problema.

A pesquisa empírica visa desenvolver um pensamento indutivo, partindo do caso particular para então chegar a uma conclusão geral. O estudo parte da experiência para confrontar a teoria com a prática, pois busca refletir e analisar situações reais.

Tomando como base que advogados e juízes utilizam-se largamente das decisões judiciais para desenvolverem seus entendimentos, a utilização desse material mostra-se muito útil e importante para o desenvolvimento da Ciência do Direito.

#### 4.1. Descrição do caso Vicuña.

Em 15 de novembro de 2004, o navio chileno Vicuña explodiu duas vezes e derramou milhões de litros de óleo e metanol no mar quando estava atracado no Porto de Paranaguá durante a operação de descarga do combustível<sup>149</sup>.

Com a explosão, quatro tripulantes morreram, dentre os 28 que compunham a tripulação. Além disso, o navio transportava 14 milhões de litros de metanol e derramou 1,5 mil toneladas de óleo combustível no mar<sup>150</sup>.

Esse foi um dos maiores vazamentos de óleo na Baía de Paranaguá, cuja extensão total da costa atingida chegou a 170 km, que representa 15% da região do complexo Estuarino de Paranaguá. O acidente poluiu toda a Baía de Paranaguá, inclusive a Ilha do Mel e parte do mar aberto<sup>151</sup>.

Os principais pontos contaminados foram: Ilha da Cotinga; Canal do Sucuriú; Ilha das Cobras; Ilha do Mel; Ilha das Peças; Maciel; Pontal do Paraná, Ponta da Cruz, Piaçaquera, Amparo e Emboguaçu.

<sup>149</sup> Aníbal, F; Campos, M; Eustáqui, O; König, M. **A maldição do navio Vicuña no Paraná**. Publicado em: 27/12/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-maldicao-do-navio-vicuna-no-parana-ehrk7gmrxf5yc7l5drj8c0h8u#ancora>. Acesso em: 07/09/2016.

<sup>150</sup> Aníbal, F; Campos, M; Eustáqui, O; König, M. **A maldição do navio Vicuña no Paraná**. Publicado em: 27/12/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-maldicao-do-navio-vicuna-no-parana-ehrk7gmrxf5yc7l5drj8c0h8u#ancora>. Acesso em: 07/09/2016.

<sup>151</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 47.

A proprietária do píer onde o Vicuña estava atracado era a Cattalini, empresa especializada em transporte de produtos líquidos. Já a proprietária do navio era a Sociedad Naviera Ultragas, companhia chilena de navegação, com sede em Santiago. As compradoras da carga foram: Arauco do Brasil S/A (atual denominação de Borden Química Indústria e Comércio Ltda.), GPC Química S/A (atual denominação de Synteko Produtos Químicos S/A) e Momentive Química do Brasil Ltda (atual denominação de Dynea Brasil S/A)<sup>152</sup>.

Os Planos de Emergência do Porto Organizado de Paranaguá e das empresas operantes não foram adequados para atender emergências desse porte e as ações de contenção do óleo derramado não foram suficientes e não evitaram a gravidade dos danos sobre as áreas afetadas<sup>153</sup>.

Dentre as principais consequências do vazamento encontra-se a proibição da pesca na região por 60 dias, pela Instrução Normativa Conjunta IBAMA/IAP nº 025/2004, a partir de 16.11.2004, atividade que é a principal e/ou secundária de mais de 70% da população litorânea.

A tragédia também atingiu a flora local, composta pelos manguezais, marismas e fitoplâncton; contaminou o zooplâncton; afetou a fauna, com aumento da ameaça de extinção de alguns animais, pois essa região é considerada a maior mancha remanescente da Floresta Atlântica e abriga inúmeros animais ameaçados de extinção que já não existem em outras regiões onde a floresta foi fragmentada; causou a morte de tartarugas, peixes, mamíferos (botos), dentre outros; atingiu também a ictiofauna, a avifauna e a fauna bentônica, composta por animais do fundo marinho como crustáceos, moluscos e anelídeos poliquetas<sup>154</sup>.

Além disso, devido às interações que há entre todos os meios existentes no Complexo Estaurino Lagunar de Iguape-Cananeia e Paranaguá, qualquer alteração em um de seus pontos altera toda cadeia trófica estabelecida, de modo que essa também foi uma das consequências indesejáveis da explosão<sup>155</sup>.

---

<sup>152</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 7/8.

<sup>153</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 65..

<sup>154</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 29, 30 e 49.

<sup>155</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 34.

Em virtude das características biológicas do local, necessitou-se proteger mais a região por meio de unidades de conservação de proteção integral, afinal, a conservação da natureza do litoral paranaense é necessária e parte da costa e das ilhas de Paranaguá são protegidas como unidades de conservação federais e estaduais, graças as suas importantes características ambientais e sua relevância no contexto sócio ambiental, o óleo atingiu parte dessas unidades de conservação, além da área indígena da ilha do Cotinga<sup>156</sup>.

Não houve mensuração ou estimativa da contaminação atmosférica, mas essa certamente ocorreu, tendo em vista que a queima de metanol libera gases tóxicos e perigosos e que a maior parte da carga ainda presente no navio queimou com a explosão e o incêndio<sup>157</sup>.

Houve impacto sobre a qualidade das águas superficiais no entorno do navio, como ilha de cotinga e ilha do mel<sup>158</sup>. Houve também a contaminação das praias com proibição de mergulho em algumas regiões (portaria nº 42 – CPPR de 16/11/2004).

O meio sócio econômico também sofreu as consequências da catástrofe, pois as várias comunidades nos municípios de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná sobrevivem basicamente da pesca, seja artesanal, para consumo ou comercialização e todos foram afetados em diferentes graus de intensidade<sup>159</sup>.

Houve efeitos na pesca e surgimento de conflitos sociais, pois com a proibição dessa atividade em Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina e Laranjeiras, foi necessário o pagamento de seguro desemprego e fornecimento de cestas básicas para os pescadores residentes nas áreas atingidas, em caráter emergencial. Mas essas medidas paliativas não evitaram o surgimento de conflitos sociais, pois até que fosse liberado o seguro desemprego as comunidades afetadas passaram por grandes privações, além de nem todos terem conseguido receber cesta básica ou o próprio seguro, pela dificuldade na comprovação da condição de pescador e de outros problemas<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 61/62.

<sup>157</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 46.

<sup>158</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 53/54.

<sup>159</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 53/54.

<sup>160</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 55.

A atividade turística foi afetada e o IAP registrou uma queda significativa no número de visitantes da Ilha do Mel em dezembro de 2004 e, embora não houvessem registros oficiais dos prejuízos nas hospedarias, houve relatos nesse sentido pelas pousadas localizadas nas ilhas nos arredores do acidente<sup>161</sup>.

Houve efeitos nos patrimônios público e privado, com relatório do corpo de bombeiros registrando 108 casos de avarias em residências nas proximidades da explosão<sup>162</sup>.

Além dos quatro tripulantes mortos, mais 16 pessoas foram feridas em decorrência da explosão e foram atendidas no Hospital de Paranaguá<sup>163</sup>.

Essas foram as principais consequências da explosão do navio Vicuña, mas os seus desdobramentos extrapolam os danos imediatos e o caso chegou aos tribunais gerando uma série de discussões, o que será analisado mais adiante.

#### **4.2 Estratégias postas em prática para a resolução do problema.**

A primeira estratégia tomada foi a apresentação de um Plano de Prevenção para o Controle de Vazamento de Óleo Proveniente das Operações de Remoção dos Destroços do N.T. Vicuña, pela empresa SMIT SALVAGE B.V, escolhida pela Sociedad Navieira ULTRAGAS<sup>164</sup>.

O referido plano continha estratégia de equipamentos, embarcações, material e pessoal para a realização das operações de remoção das diversas peças do navio, e as operações de retirada dos escombros no ponto zero (terminal da Catallini) foram concluídas no mesmo mês em que se iniciou sua execução, mês de março/2005<sup>165</sup>.

---

<sup>161</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 56.

<sup>162</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 56.

<sup>163</sup> Laudo técnico do acidente do navio Vicuña, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>. p. 54.

<sup>164</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 18.

<sup>165</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 18.



Em seguida, partiu-se para as operações de limpeza e monitoramento das áreas afetadas, em conformidade com a localização de novos focos de poluição e nos pontos já anteriormente identificados<sup>166</sup>.

Essas atividades foram acompanhadas por diversas instituições, dentre elas o IBAMA, a Marinha do Brasil – capitania dos portos, UFPR, Polícia Federal, Petrobrás, IAP, APPA, Defesa Civil, corpo de bombeiros, polícia militar do Paraná, SEMA, vigilância sanitária, EMATER, secretaria estadual de saúde, procuradoria geral do estado, CETESB, comissão da defesa civil municipal e prefeitura municipal de Paranaguá<sup>167</sup>.

As atividades relativas ao monitoramento das áreas afetadas consistiam basicamente em realização de registros fotográficos, georreferenciamento dos pontos (com receptores GPS), caracterização dos níveis de contaminação, acompanhamento dos trabalhos das equipes de limpeza, verificação da logística das empresas e do pessoal efetivamente disponibilizado em cada ponto, com a avaliação das atividades executadas, orientações técnicas, acompanhamento de experiências com novas técnicas de limpeza<sup>168</sup>.

A atuação da Vigilância Sanitária, em conjunto com a Defesa Civil e o IBAMA na prestação de informação e orientação aos moradores das comunidades atingidas sobre as precauções que deveriam ser adotadas para evitar a contaminação foi muito importante<sup>169</sup>.

A recomendação dos órgãos ambientais era de realização de limpeza dos manguezais, marismas, costões e pedras, e praias. Porém, em que pese a realização de testes e experiências com diferentes técnicas de limpeza, estas se mostraram ineficientes e/ou inadequadas para a situação e o ambiente onde foram aplicadas, como a utilização de turfa orgânica em áreas de marisma contaminadas e o uso de mantas absorventes para tentar remover, por fricção, o óleo incrustado nas raízes e troncos das árvores de mangue<sup>170</sup>.

---

<sup>166</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 23.

<sup>167</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 27.

<sup>168</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 28.

<sup>169</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 30.

<sup>170</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 33.

Por deixarem de adotar medidas de contenção e precaução quanto ao vazamento de óleo, algumas empresas foram autuadas pelo IBAMA, conforme será mais bem explicitado no tópico sobre as consequências administrativas<sup>171</sup>.

Foram firmados TAC's cumpridos através de ações de benefício socioambiental. Por exemplo, a inauguração do Aquário de Paranaguá, pela empresa Cattalini, em janeiro de 2014, construído a partir de uma compensação financeira da empresa pelos impactos ambientais da explosão do navio Vicuña<sup>172</sup>.

### 4.3 Linha do tempo do acidente.

15 de novembro de 2004	Acidente
16 de novembro de 2004	Portaria nº 41/CPPR – Capitania dos Portos do Paraná Interditando para operação o Terminal de Inflamáveis da Petrobras e Cattalini.
16 de novembro de 2004	Portaria nº 42/CPPR Proibindo as atividades de mergulho em qualquer ponto situado a menos de 2000 metros em toda a extensão do Terminal Marítimo de Inflamáveis da Cattalini.
16 de novembro de 2004	Instrução Normativa Conjunta IBAMA/IAP no 025/2004 Proibindo qualquer atividade de pesca, coleta e consumo de organismos aquáticos, uso de água ou práticas desportivas que impliquem banho ou contato com a água, nas baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba, por um período de 60 dias.
17 de novembro de 2004	Portaria nº 43/CPPR Instaurando Inquérito Administrativo para apurar responsabilidades sobre o acidente.
17 de novembro de 2004	Auto de infração cattalini 307028 Deixar de adotar medidas exigidas de contenção, controle e regeneração dos produtos vazados do Navio Vicuña
17 de novembro de 2004	Auto de infração Sociedad Ultragás 307032 Deixar de adotar medidas necessárias para cessação, contenção e remoção das fontes de poluição por produtos químicos, inflamáveis, conforme exigidos pelas autoridades ambientais.
16 de dezembro de 2004	Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº 032 Proibindo a pesca na área de mar territorial compreendida entre os paralelos 25º20'00" e 25º40'00" e até a distância de 5 milhas náuticas a partir da linha de costa, por um período de 60 dias, a contar do dia 16/11/2004.
09 de março de 2005	Portaria nº 047/05/IAP Liberando as atividades de pesca, coleta e consumo de organismos aquáticos nas Baías de Paranaguá, Guaraqueçaba e Antonina, e criando a Área Operacional e de Monitoramento, na Baía de Paranaguá. Essa Portaria entrou em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/01/2005.
22 de julho de 2005	Distribuída Ação Civil Pública nº 2005.70.08.000973-6/0000973-55.2005.4.04.7008 visando à limpeza e recuperação da área afetada pelo vazamento óleo navio "Vicuña".
13 de novembro de 2007	Arquivamento do inquérito administrativo no Tribunal Marítimo.
31 de junho de 2009	Arquivamento do inquérito policial de nº 2004.70.08.002294-3.
08 de janeiro de 2013	Proposta Ação Civil Pública, nº 2005.70.08.000973-6, por ato de improbidade

<sup>171</sup> Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá. Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: < <http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>. p. 40/45.

<sup>172</sup> Cattalini Terminais comemora abertura do Aquário Marinho em Paranaguá. Disponível em: <http://www.cattalinterminais.com.br/site/noticia.php?noticia=34>. Acesso em: 29/10/2016.

	administrativa, pelo Ministério Público do Estado do Paraná em face de Cattalini Terminais Marítimos Ltda e outros.
01 de agosto de 2016	Decisão de afetação do STJ no REsp. 1602106-PR que suspendeu a tramitação dos processos que versarem sobre a matéria. <sup>173</sup>

#### 4.4 Repercussões penais.

A explosão do navio provocou poluição em níveis capazes de resultar em danos à saúde dos moradores da região, além de ter causado a morte de quatro tripulantes e de diversos animais marinhos, corroborando a isso, evidente que não ocorreu a adoção de medidas de precaução por parte dos responsáveis, de modo a minimizar o risco de dano ambiental.

A poluição em níveis que resultem danos à saúde humana, cause a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, situação verificada no caso em questão, é crime capitulado no artigo 54, §3º da Lei Nº 9.605/98. Como o crime atingiu parte das unidades de conservação das ilhas de Paranaguá, ocorreu em um feriado e à noite, deve-se incidir as agravantes previstas no artigo 15, inciso II, alíneas “e”, “h” e “i”, do supracitado dispositivo legal. Há também o aumento de pena, que pode ser de 1 a 5 anos, pelo impedimento de uso das praias, verificada pela proibição do uso das águas ou práticas desportivas que impliquem banho ou contato com a água nas baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba pela Instrução Normativa Conjunta IBAMA/IAP, nº 025/2004, e também a agravante de lançamento de óleos e substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em lei e regulamentos.

Além disso, há a possível incidência do art. 40 da lei de crimes ambientais, segundo a qual:

Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. (Redação dada pela Lei nº 9.985, de 2000)

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena. (Redação dada pela Lei nº 9.985, de 2000)

§ 3º Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

<sup>173</sup> Fonte: a autora.

Dessa forma, as empresas responsáveis deveriam ser condenadas pela prática delituosa, na medida de sua culpabilidade, pois as pessoas jurídicas também são responsabilizadas penalmente pelo dano ambiental, conforme indica o artigo 3º da Lei Nº 9.605/98.

Segundo notícia veiculada na mídia, a Polícia Federal seria responsável pela abertura de um inquérito policial para averiguar a responsabilidade criminal pela explosão<sup>174</sup>. O referido inquérito de nº 2004.70.08.002294-3 for arquivado em 31/07/2009:

NO(S) PROCESSO(S) ABAIXO FOI PROFERIDO O DESPACHO/DECISAO A SEGUIR TRANSCRITO: "O presente inquérito policial foi instaurado pela Delegacia de Policia Federal de Paranaguá sob o no 198/2005, para apurar crime previsto no artigo 121, 3o, do CP e artigos 34 e 54 da Lei no. 9.605/98. Devidamente relatados, foram encaminhados ao Ministério Público Federal que se manifestou pelo arquivamento dos presentes, por não vislumbrar a existência de elementos mínimos para subsidiar a continuidade da persecução penal em relação ao delito previsto no artigo 121, 3o do CP (não foi possível apurar a autoria). Este juízo entendeu não ser caso de arquivamento, tendo invocado o artigo 28 do CPP. A 2a Câmara de Coordenação e Revisão se manifestou pelo arquivamento, uma vez que não vislumbra outras diligencias úteis ao esclarecimento da autoria delitiva. É o breve relatório. Decido.

Em razão da manifestação da 2a Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da Republica (fls. 1029/1037) e cujas razões adoto por brevidade, como fundamento do presente *decisum*, determino o arquivamento dos presentes autos de Inquérito Policial, com as ressalvas do artigo 18 do Código de Processo Penal. 1. Comunique-se a autoridade policial e ao Instituto de Identificação da presente decisão. 2. Ressalte-se que deixo de determinar o apensamento destes aos autos 05/25-3, uma vez que antes da remessa a PGU, foram extraídas copia das pecas necessárias a instrução daqueles. 3. Proceda a secretaria o levantamento e a destruição do material apreendido a fl. 998. Ressalte-se que em relação aos produtos químicos, estes deverão ser encaminhados a ANVISA para que providencie a sua destruição. 4. Dê-se ciência ao Ministério Público Federal. 5. Intimem-se. 6. Tudo feito, arquivem-se<sup>175</sup>."

#### 4.5 Repercussões administrativas.

Em razão da explosão do NT Vicuña, a Capitania dos Portos emitiu diversas portarias regulamentando a atividade na cidade e instaurou inquéritos para apuração das responsabilidades.

Um desses inquéritos tramitou no Tribunal Marítimo e foi arquivado em 13 de novembro de 2007. Segundo informações da Procuradoria da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), o arquivamento prova que a administração portuária não tinha responsabilidade sobre o acidente e suas consequências.

<sup>174</sup> Redação o Estado do Paraná. **Quatro mortes na explosão em Paranaguá**. Publicado em: 16/11/2004. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/quatro-mortes-na-explosao-em-paranagua/>. Acesso em: 29/10/2016.

<sup>175</sup> Inquérito policial nº 2004.70.08.002294-3. Disponível em: <http://www.radaroficial.com.br/d/26595310>. Acesso em: 29/10/2016.

De acordo com informações do advogado da APPA, Fabrício Massardo, a Procuradoria Especial da Marinha entendeu que não foi descoberta a causa e não foram identificados os responsáveis pela explosão com a realização da perícia<sup>176</sup>.

O arquivamento do caso pelo Tribunal Marítimo, ao não apontar os culpados pelo acidente, reforçou a responsabilidade solidaria entre todos os órgãos ou empresas envolvidos, cuja conduta possa ter originado ou agravado o acidente<sup>177</sup>.

Além do inquérito administrativo, no âmbito da União, foi aplicada multa diária de R\$ 250 mil à Sociedade Naviera Ultragás pelo IBAMA, tipificada no então vigente Decreto 3.179/99 (revogada e substituída pelo Decreto 6.514/2008). A multa diária é aplicada “sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo”, conforme Art. 10 do Decreto 6.514, e “deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração” (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

A multa foi aplicada dois dias após o acidente porque a empresa Ultragás “deixou de adotar medidas necessárias para a cessação, contenção e remoção das fontes de poluição por produtos químicos inflamáveis, conforme exigidos pelas autoridades ambientais” (processo nº 02017.002763/2004-73). A referida multa foi aplicada por três dias, perfazendo R\$ 750 mil. Além disso, o IBAMA também aplicou multa simples no valor de R\$ 50 milhões por “causar poluição por lançamento de óleos diversos na baía de Paranaguá”, em conformidade com o já citado decreto 3.179/99 (revogado).

Entretanto, em recurso, os autos de infração foram anulados por ter sido acatada a tese da defesa de ausência de competência do IBAMA. A argumentação vencedora leva em conta a interpretação conjunta da Lei 9.966/00, incisos XXI e XXII do artigo 2º e Art. 27, II “b” com o § 1º, 3º e 4º do art. 70 da Lei 9.605/98, bem como o art. 2º, incisos XIX e XX do Decreto 4.136/02, que define a Capitania dos Portos como autoridade ambiental competente para autuar navios em decorrência de derramamento de óleos. Entretanto, a multa aplicada por esse órgão à empresa Sociedad Navieira Ultragas, fixada no valor de R\$ 10 milhões, acabou sendo anulada pelo arquivamento do processo pelo Tribunal Marítimo em 13/11/2007<sup>178</sup>.

<sup>176</sup> Arquivamento do caso Vicuña exige Porto de responsabilidade. Publicado em: 16/11/2007. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=30>. Acesso em: 29/10/2016.

<sup>177</sup> OHARA, Carlos. **Advogado quer dividir prejuízos de R\$ 100 mil no caso do navio Vicuña: Tese de responsabilidade solidária envolve empresas, órgãos federais e estaduais no acidente de 2004**. Publicado em: 16/11/2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/advogado-quer-dividir-prejuizos-de-r-100-mi-no-caso-do-navio-vicuina-aq74owmtvxgkd1webntqwx9xq>. Acesso em: 29/10/2016.

<sup>178</sup> Decisão dos autos nº 02017.002763/2004-73. Publicada em: 29/10/2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/89D2DDF0/27632.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

Além dos órgãos federais, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), também instaurou processo administrativo, em conformidade com o já citado artigo da lei 9.605/98 que estabelece competência concorrente. Vale ressaltar que IBAMA e IAP aplicaram multas a empresas diferentes em respeito ao princípio *non bis in idem*, que determina que nenhuma sanção pode ser aplicada duas vezes em razão do mesmo dano. Isso porque os dois órgãos trabalharam no caso desde o início, para que os recursos captados pelas multas não fossem destinados apenas a um dos órgãos.

O resultado do processo administrativo do IAP foi a aplicação de multa contra a empresa Cattalini no valor de R\$ 50 milhões, mas que ao final acabou sendo reduzida para irrisórios R\$ 5 milhões. Essa revisão do valor está sendo questionada pelo Ministério Público do Paraná em processo contra a Cattalini Terminais Marítimos Ltda e mais três pessoas físicas, incluindo o ex-secretário de Estado do Meio Ambiente e o ex-presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Segundo o MP-PR houve violação do processo administrativo que reduziu a multa à empresa proprietária do píer, bem como desrespeito à Lei de Licitações para a construção do aquário marinho, que foi construído com a multa imposta àquela empresa.

Quanto a responsabilidade das adquirentes da carga, em razão do entendimento esposado pelo STJ no AgRg no AREsp 62.584/RJ, em casos análogos, como o Navio Vicuña, não caberia multa por responsabilidade administrativa ambiental caso não fosse comprovada a culpabilidade da empresa terceira (poluidor indireto). Assim, as empresas proprietárias da carga transportada pelo Vicuña não seriam alvo de multas administrativas.

#### **4.6 Repercussões cíveis.**

A explosão do navio Vicuña causou uma série de danos já elencados no tópico anterior. Esses danos, além de terem como consequência as responsabilizações penais e administrativas, também atraem a responsabilidade civil.

A poluição causada pela explosão do navio fere o direito fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, previsto no art. 225 da CF, atinge a coletividade como um todo, independentemente dos danos individuais, pois o vazamento de óleo poluiu o mar e se alastrou para várias regiões; atingiu a fauna e a flora local; afetou unidades de conservação; contaminou a atmosfera pela liberação de gases na explosão; causou impacto sobre a qualidade das águas superficiais no entorno do navio e contaminou praias.

Além dos danos causados a coletividade, considerada abstratamente, há também os danos individuais, e dentre eles pode-se citar o dano das famílias dos tripulantes mortos no acidente. É evidente o dano moral das famílias pela perda de um ente querido, mas não é só, há a possibilidade de existência de danos materiais, como os lucros cessantes oriundos do trabalho desses tripulantes que já não terão mais a possibilidade de trazer o sustento ao núcleo familiar, dentre outros danos a serem apurados judicialmente.

Foram igualmente afetadas de maneira direta as 16 pessoas feridas pela explosão, tanto pelo dano extrapatrimonial oriundo da afronta à integridade física, quanto pelos danos materiais de tratamento e medicamentos.

Os proprietários das residências próximas à explosão também sofreram pelas avarias causadas em patrimônios públicos e privados e possuem igualmente direito de serem ressarcidos pelos danos patrimoniais.

A tragédia ainda atingiu o meio socioeconômico da região, tendo em vista que os pescadores e marisqueiros foram lesados pela proibição de pesca, o que prejudicou o seu sustento, causando danos materiais relativos aos lucros cessantes e dano moral pelo comprometimento da própria subsistência e do núcleo familiar.

Os indígenas residentes da Ilha do Cotinga sofreram danos em razão do óleo que atingiu a ilha e, igualmente, tem direito a indenização.

Há também as vítimas indiretas do acidente, que são os donos de pousadas e comércios da Ilha do Mel pela atividade turística que teve queda no período de fim de ano, em 2004. Esses podem pleitear a indenização pelos lucros cessantes.

Assim, conforme previsto no já citado artigo 927 do CC, aquele que causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. Essa é uma responsabilidade extracontratual pelo dano ambiental que requer o cumprimento dos requisitos da conduta, do dano e do nexo causal.

Quanto à conduta, para os danos ambientais essa é objetiva, ou seja, deve-se reparar independentemente da existência de culpa, em virtude da teoria do risco. Não se leva em consideração a ilicitude da atividade e não se aprecia subjetivamente a conduta do poluidor, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e seu ambiente. Sendo assim, a princípio, todos aqueles que contribuíram para a ocorrência do dano tem o dever de repará-lo, ou seja, a proprietária do píer, Cattalini; a proprietária do navio, Sociedad Naviera Ultragás; as adquirentes da carga: Borden, Synteko e Dynea; e demais possíveis envolvidos, desde que cumpridos os outros requisitos da responsabilidade civil.

Não tendo sido eficaz a prevenção, o dano foi constatado. No caso em questão, esses danos foram diversos e foram documentados no laudo técnico do Ibama/Iap. Desse modo, o

bem lesado é juridicamente relevante, houve danos patrimoniais e extrapatrimoniais e foram afetados tanto direitos individuais como coletivos. Nesse caso, o interesse protegido de forma direta é a lesão ao patrimônio e demais valores da pessoa e o direito ambiental é protegido de forma indireta, mediata e incidental. A tutela reparatória, por sua vez, deve abarcar o microbem, relativo aos direitos individuais ou individuais homogêneos, e também o macrobem, pela proteção dos direitos subjetivos fundamentais. O dano deve ser recomposto em sua integralidade, em virtude da reparação integral.

Por fim, verificada a conduta e o dano, resta a análise do nexo causal que, em razão da teoria do risco integral, a responsabilidade é objetiva e solidária entre todos aqueles que, direta ou indiretamente, se aproveitam da atividade poluidora, conforme art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81. Tendo em vista que o dano no presente caso é proveniente de mais de uma fonte, o direito das vítimas está amparado pelo princípio da solidariedade civil, de modo que é possível acionar qualquer um dentre os múltiplos agentes que concorreram para o mesmo risco de dano para responder pelo resultado. Os agentes poluidores respondem solidariamente pelos danos causados também em razão do art. 170, VI, da CF, pois o dano ambiental é complexo e necessita de tratamento especial.

Feitas essas considerações, parte-se para a análise das ações judiciais propostas com vistas à reparação dos danos acima elencados e, conforme relatório da Comissão Especial De Investigação Assembleia Legislativa Do Estado Do Paraná e do relatório técnico do IBAMA/IAP, somente contra a empresa Cattalini foram ajuizadas 8.822 ações pelos pescadores que se sentiram lesados pelo acidente, sem contar as outras ações propostas contra as demais empresas envolvidas e por outros autores.

Dentre as ações propostas, pouco mais de 1.000 ações subiram ao Tribunal de Justiça do Paraná, o que gerou controvérsia entre as Câmaras de responsabilidade civil. Em geral, as sentenças foram de improcedência dos pedidos pela falta de nexo de causalidade nas ações interpostas pelos pescadores e que tinham no polo passivo as adquirentes da carga: Momentive, Arauco e GPC. Esse entendimento foi reiterado pela 9ª Câmara Cível, mas a 8ª e a 10ª Câmara firmaram entendimento diverso e cassaram as sentenças para oportunizar a instrução probatória, para esclarecimento sobre a condição de pescador/marisqueiro. Ainda, algumas outras ações esparsas tiveram provimento e as compradoras foram condenadas a indenizar os danos causados.

No acórdão proferido nos autos de apelação cível nº 0137679-4 pela 8ª Câmara Cível que deu origem a decisão de afetação pelo STJ, entendeu-se que o nexo causal estava presente e que as compradoras da mercadoria/carga deveriam manter-se no polo passivo da ação, pois



a responsabilidade é objetiva e solidária entre todos aqueles que se beneficiem da atividade poluidora, seja de maneira direta ou indireta. Além disso, foi reconhecido o dano moral no caso em questão pela proibição da pesca por 60 dias, o que causa angustia e aflição ao pescador que se vê impossibilitado de desempenhar sua atividade profissional. Houve condenação pelo dano moral no valor de R\$ 5.000,00.

Outro não foi o entendimento da maioria dos julgados da 8ª e 10ª CC, segundo os quais, a responsabilidade das proprietárias da carga estava configurada, pois o dano ao meio ambiente e a violação do direito de terceiros ocorreu, o que atrai a responsabilidade objetiva do dono da carga e de quem tenha colaborado, direta ou indiretamente, para a ocorrência do acidente. A diferença é que na maioria das decisões dessas Câmaras (oitava e décima) foi visto como necessária a produção de mais provas e as sentenças de improcedência foram cassadas para possibilitar a instrução probatória.

Por sua vez, a 9ª Câmara Cível, em idêntica situação, concluiu que não obstante a adoção da teoria do risco integral, que exclui a necessidade de apreciação do elemento culpa, o nexo de causalidade entre a atividade das empresas compradoras da carga, consistente na aquisição do produto transportado e a explosão do navio transportador, não estaria presente.

Nesses julgados, entendeu-se que inexistia qualquer conduta imputada às adquirentes da carga que importasse em risco ou em agravamento do risco para a ocorrência do acidente e que a explosão do navio que transportava a carga derramada na baía não guarda vinculação com as atividades desenvolvidas por essas empresas, além do fato de que houve a identificação das responsáveis pelo dano ambiental, que seriam a Cattalini e/ou a Sociedad Naviera Ultragás, o que não justificaria a extensão da responsabilidade às empresas adquirentes.

Diante da controvérsia, o caso chegou ao STJ que, no REsp 1602106-PR, suspendeu a tramitação dos processos, individuais ou coletivos, que versavam sobre a mesma matéria. Na referida decisão, de relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, publicada em 01/08/2016, a Primeira Vice-Presidência admitiu os apelos das empresas Momentive e Arauco e indicou-os como representativos da controvérsia por entender que neles era tratada matéria repetitiva e que a questão tornou-se polêmica no TJPR, o que fez com que as ações recebessem tratamento distinto, ensejando a necessidade de manifestação do STJ para uniformizar o entendimento sobre o caso. Aguarda-se a decisão do STJ no repetitivo para aplicar nas demais ações que ainda esperam julgamento.

Além das ações propostas pelos pescadores contra as compradoras da carga, grande parte das ações propostas pelos pescadores tinha no polo passivo a transportadora Sociedad

Naviera Ultragás. Quanto a essa empresa, o êxito foi muito maior com decisões de condenação da ré a pagar os danos causados, cujos valores para o dano moral giravam em torno de R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00 e os lucros cessantes entre R\$ 700,00 e R\$ 1.800,00. Algumas ações, porém, foram extintas pela não comprovação da condição de pescadores/marisqueiros, outras pela não comprovação dos danos materiais e morais, e em outras, justamente pela falta de provas, o feito foi convertido em diligência.

Algumas ações também foram interpostas em face de Cattalini Terminais Marítimos, cujo êxito igualmente foi maior do que nas ações em que figuravam no polo passivo as adquirentes da carga. Os danos morais nessas ações foram em torno de R\$ 500,00 até R\$ 16.000,00 (decisão Des. Aniceto – Apelações cíveis 443138-1 e 448948-7). Em outras ações, porém, a mesma providência de retornar os autos para instrução foi tomada.

O problema é que, mesmo nas ações de procedência, houve um triste episódio na vida dos pescadores que contrataram uma advogada que supostamente ficou com o dinheiro das indenizações. Para evitar fraudes, a seguradora do navio Vicuña passou a fazer os pagamentos por meio de cheques nominais. Contudo, os relatos de pescadores que nunca receberam nada são comuns<sup>179</sup>.

Os indígenas, representados pela FUNAI, ingressaram com ação em face da Sociedad Naviera Ultragás para serem indenizados pelos danos que sofreram e a ré foi condenada a pagar R\$ 10.000,00 a cada família indígena moradora da ilha do Cotinga (Apelação Cível Nº 5002029-57.2013.4.04.7008)<sup>180</sup>.

A Barcopar - associação dos proprietários de barcos de turismo e transporte do estado do Paraná ajuizou ação em face da Sociedad Naviera Ultragás Ltda, da Cattalini Terminais Marítimos Ltda, da administração dos portos de Paranaguá e Antonina e da União, buscando, em síntese, a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos materiais, no valor de R\$1.196.000,00 (um milhão, cento e noventa e seis mil reais), e também por danos morais, no valor de 200 salários mínimos para cada associado seu.

Informou que seus representados, em sua grande maioria, vivem exclusivamente da renda oriunda do transporte de turistas e pescadores esportivos que frequentam a Baía de Paranaguá, e que durante a vigência da portaria que proibiu a pesca, seus associados ficaram

<sup>179</sup> Aníbal, F; Campos, M; Eustáqui, O; König, M. **A maldição do navio Vicuña no Paraná**. Publicado em: 27/12/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-maldicao-do-navio-vicuna-no-parana-ehrk7gmrxf5yc7l5drj8c0h8u#ancora>. Acesso em: 07/09/2016.

<sup>180</sup> Empresa responsável por navio Vicuña é condenada a indenizar indígenas de ilha atingida: O petroleiro explodiu e derramou mais de um milhão de litros no mar em 2007, poluindo a região. Publicado em: 07/05/2015. Disponível em: <[www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=10980](http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10980)>. Acesso em: 30/10/2016.

sem trabalhar, aguardando solução das autoridades. Defendeu que mesmo após o embargo, não houve procura pelos serviços de transporte marítimo pelos turistas e pescadores, em razão da notícia das consequências do acidente. Porém, a ação foi julgada totalmente improcedente pela falta de provas dos danos alegados<sup>181</sup>.

Além dos pescadores, comerciantes e empresários da Ilha do mel ingressaram com ações indenizatórias em face de Sociedad Naviera Ultragás para serem indenizados pelos prejuízos que tiveram em razão da queda da atividade turística na época do acidente (agravo regimental 419.238-1/01), cuja última notícia foi a reunião de todos os processos relativos ao mesmo assunto na 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá para serem julgados em conjunto.

Foi proposta Ação Civil Pública nº 2005.70.08.000973-6/0000973-55.2005.4.04.7008, em 22/07/2005, por Instituto GT3 - grupo de trabalho do terceiro setor em face de Sociedad Naviera Ultragas Ltda; The Britannia Steam Ship Insurance Association Limited (seguradora da Sociedad Naviera Ultragás Ltda); Cattalini Terminais Marítimos Ltda; Synteco produtos Químicos s/a; Dynea brasil s/a; Borden Química Indústria e Comercio S/A; Methanex chile limited; administração dos portos de Paranaguá e Antonina APPA; instituto ambiental do Paraná – IAP; instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis – IBAMA e capitania dos portos do Paraná visando à limpeza e recuperação da área afetada pelo vazamento óleo navio Vicuña.

A ação ainda se encontra em andamento, sendo que, em 09/09/2014, os autos estavam conclusos para sentença, porém foram juntadas uma série de petições em seguida e o feito espera decisão.

Ressalte-se que no agravo de instrumento nº 2006.04.00.003071-7 (TRF) / 0030717-36.2006.4.04.0000, oriundo da ACP 2005.70.08.000973-6, foi reconhecida a legitimidade passiva das compradoras da carga:

Diante do exposto, dou parcial provimento ao agravo regimental e ao agravo de instrumento para reconhecer a legitimidade passiva das empresas METHANEX CHILE LIMITED, SYNTECO PRODUTOS QUÍMICOS S/A, DYNEA BRASIL S/A, BORDEN QUÍMICA INDÚSTRIA E COMERCIO S/A. Mantida a exclusão da THE BRITANNIA STEAM SHIP INSURANCE ASSOC.

---

<sup>181</sup> Acórdão em Apelação Cível Nº 5003508-51.2014.4.04.7008/PR. Publicado em: 08/04/2016. Disponível em: <http://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/382741816/apelacao-civel-ac-50035085120144047008-pr-5003508-5120144047008/inteiro-teor-382741866>. Acesso em: 30/10/2016.

Para finalizar, em 08/01/2013 foi proposta uma Ação Civil Pública, nº 2005.70.08.000973-6, por ato de improbidade administrativa, pelo Ministério Público do Estado do Paraná em face de Cattalini Terminais Marítimos Ltda e outros, na qual os pedidos foram de condenação dos requeridos ao ressarcimento integral e solidário do dano causado ao patrimônio público, no valor de R\$ 50.000.000, 00 (cinquenta milhões de reais), acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento; perda da função pública; suspensão de direitos políticos, pelo prazo de oito anos; pagamento de multa civil, em solidariedade, de até duas vezes o valor do dano causado ao erário; proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos. A ação ainda se encontra em andamento<sup>182</sup>.

#### 4.7 Análise dos resultados.

Repercussões penais: Inquérito nº 2004.70.08.002294-3.	Sem repercussões: arquivado em 31.07.2009 – não foi possível apurar a autoria.
Repercussões administrativas: Inquérito no Tribunal Marítimo.	Arquivado em 13.11.2007 – não foi descoberta a causa e não foram identificados os responsáveis pela explosão.
Repercussões administrativas: multa do IBAMA para a Sociedad Naviera Ultragás.	Anulada por falta de competência.
Repercussões administrativas: multa da Capitania dos Portos para a Sociedad Naviera Ultragás.	Anulada pelo arquivamento do processo pelo Tribunal Marítimo.
Repercussões administrativas: inquérito administrativo IAP contra a Cattalini.	Multa de 50 milhões, reduzida para 5 milhões, revertida para construção do aquário marinho em Paranaguá.
Repercussões cíveis: ações dos pescadores contra as compradoras da carga.	Divergência entre as câmaras de responsabilidade civil do TJPR – STJ suspendeu a tramitação dos processos individuais no RESP 1602106/PR, em 02/08/2016 – aguardando julgamento.

<sup>182</sup>

Petição Inicial da Ação Civil Pública. Disponível em: <http://www.mprr.mp.br/arquivos/File/ParanaguaCatalini0801.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.

Repercussões cíveis: ações dos pescadores contra a Sociedad Naviera Ultragás e contra Cattalini Terminais Marítimos.	Êxito maior – tiveram algumas condenações para reparar o dano material e moral. Mas há relatos de que a advogada dos pescadores supostamente ficou com o dinheiro das condenações.
Repercussões cíveis: ação da FUNAI contra Sociedad Naviera Ultragás. Ação 5002029-57.2013.404.7008.	Condenação: a ré foi condenada a pagar R\$ 10.000,00 a cada família indígena moradora da Ilha do Cotinga.
Repercussões cíveis: ação da Barcopar em face de Sociedad Naviera Ultragás, Cattalini Terminais Marítimos e outros.	Ação julgada improcedente pela falta de provas.
Repercussões cíveis: ação dos comerciantes e empresários da Ilha do Mel em face da Sociedad Naviera Ultragás. Agravo regimental 419.238-1/01.	Reunidos para serem julgados em conjunto.
Repercussões cíveis: Ação Civil Pública nº 2005.70.08.000973-6 ajuizada pela Instituto G3 em face de todos os principais envolvidos, visando a limpeza e recuperação da área afetada.	Ação ainda em andamento.
Repercussões cíveis: Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público em face de Cattalini Terminais Marítimos e outros.	Ação ainda em andamento.

Não são poucas as críticas à proteção do Meio Ambiente. Em entrevista concedida ao Diário Regional, Ricardo Augusto Felício deu “bons” exemplos a esse respeito. Para o climatologista da USP, o aquecimento global é uma mentira, pois não há comprovação científica do mesmo, e a ECO 92, RIO + 20 e outras conferencias do gênero “são todos

eventos de carnaval fora de época, em que se discutem negócios, ou seja, quanto vai se levar nesse mercado fraudulento do carbono”<sup>183</sup>.

Pascal Bernardin tece comentário sobre o princípio da precaução e afirma que ele só serve para limitar a atividade econômica nos países desenvolvidos, nos seguintes termos:

“Fato essencial, este princípio de precaução se encontra desde já, de fato, integrado no direito, tanto no direito internacional quanto no direito francês. Não se trata apenas de uma fantasia de intelectuais. Porém, de um instrumento extremamente poderoso que nos imerge diretamente no universo do pensamento mágico. Com efeito, caso se o siga ao pé da letra, resulta que desde que alguém vislumbra um perigo, ainda que imaginário, cria-se uma regra de direito que nos proíbe tudo que poderia concretizar este perigo (imaginário) e nos ordena expressamente fazer o que poderia minimizá-lo. Deste modo, se um ecologista afirma, de maneira convincente (mas puramente retórica) que queimar petróleo aumenta a temperatura da atmosfera, mesmo que ninguém de fato nada saiba a respeito, e se não existe nenhuma prova científica, resulta do princípio de precaução que esta afirmativa se torna *ipso facto* verdadeira do ponto de vista do direito, e desencadeia efeitos jurídicos(1). A culminação de uma tal conclusão é, logicamente, conduzir à suspensão de toda atividade econômica, e de toda atividade *tout court*! Concretamente, trata-se somente de limitar a atividade econômica dos países desenvolvidos, de maneira, dizem-nos, que favoreça a recuperação dos países subdesenvolvidos. Eu sou, bem entendido, favorável ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, mas por que frear o desenvolvimento dos outros?”<sup>184</sup>.

O desenvolvimento dessa pesquisa também se deu em resposta aos pensamentos acima transcritos, pois ambos criticam a preservação do meio, suas formas e princípios tomando por base a falta de comprovação científica do problema que visa resolver. Pois bem, se o aquecimento global, efeito estufa, mudanças climáticas ou qualquer outra situação que o Direito Ambiental vise evitar por meio da precaução não são comprovados, os danos ambientais são fatos irrefutáveis e recorrentes que precisam ser evitados.

O caso do navio *Vicuña* é interessante de ser estudado também como uma crítica ao estabelecimento de competência e ao emaranhado processual que se forma nesse tipo de processo. Segundo o professor Vladimir Passos de Freitas, muitas vezes o órgão estadual concede uma licença e a União ingressa em juízo questionando o ato estadual. No que se refere às multas, Passos de Freitas declara que podem existir problemas como, por exemplo, “um conluio entre o município e a pessoa, ou empresa. Assim, o município multa em R\$ 500 e a União ou o Estado não pode multar mais”<sup>185</sup>.

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Marluce de. “**O aquecimento global é uma mentira**”, diz climatologista da USP. Publicado em: 16/04/2015. Disponível em: <http://verdademundial.com.br/2015/04/o-aquecimento-global-e-mentira-diz-climatologista-da-usp/>. Acesso em: 30/10/2016.

<sup>184</sup> BERNARDIN, Pascal. Tradução: Joel Nunes dos Santos e Roberto Mallet. **A face oculta do mundialismo verde**. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/bernardin2.htm>. Acesso em: 30/10/2016.

<sup>185</sup> ITO, Mariana. **Conflito de competência leva insegurança ao direito ambiental**. Publicado em: 03/06/2008. Disponível em: [http://www.conjur.com.br/2008-jun-03/conflito\\_competencia\\_prejudica\\_direito\\_ambiental](http://www.conjur.com.br/2008-jun-03/conflito_competencia_prejudica_direito_ambiental). Acesso em: 30/10/2016.

De todas as consequências nefastas que a explosão do navio causou, o que ficou para o meio ambiente foi a construção de um aquário em Paranaguá, a determinação da limpeza do local, que não se deu de maneira muito efetiva, e algumas poucas indenizações aos que sofreram danos individuais, sendo que a maioria esmagadora dos afetados sequer recebeu qualquer valor até o momento, pois as ações ainda estão tramitando.

Assim, evidente a importância do assunto e da necessidade de se adotar medidas de precaução, que não servem para barrar o desenvolvimento, nem são fruto do imaginário de ambientalistas radicais, mas servem para evitar todos esses danos demonstrados pela pesquisa.

## **5. Conclusão.**

Os desdobramentos de um acidente ambiental, como o que foi relatado, são diversos, de modo que seria inviável ou, no mínimo, demandaria muito tempo abarcar todos eles. O presente trabalho buscou analisar apenas alguns (os principais) para demonstrar a importância e a complexidade da questão ambiental.

As consequências que uma tragédia ambiental causa são inúmeras e, em grande parte das vezes, irreversíveis. Não é sem motivo que o Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado é um direito fundamental, pois a própria vida humana depende de tal direito e uma vez danificado o meio, esse dificilmente voltará ao seu estado original e, muito menos, haverá uma efetiva reparação de todos os danos, abarcando todos os envolvidos.

O caso da explosão do navio Vicuña é um ótimo exemplo disso: causou tantos danos e teve reparação precária. Ainda hoje, após 12 anos do acidente, a região afetada enfrenta os efeitos nocivos relacionados ao acidente e a questão ainda encontra-se em discussão nos tribunais.

Diante da explosão, ficou evidente que as medidas de precaução foram ineficientes no caso em questão, assim como as medidas de contenção do óleo derramado que se espalhou alcançando uma enorme área, e as medidas de limpeza, da mesma forma, se mostraram ineficientes e/ou inadequadas.

O inquérito criminal foi arquivado por falta de provas sobre a autoria, tal qual o inquérito administrativo do Tribunal Marítimo.

No que se refere ao processo ambiental, uma crítica recorrente é a de que o foco da política ambiental deveria ser mais intenso na prevenção do que na função de aplicar sanções aos infratores. No caso estudado, por exemplo, o dano ambiental poderia ter sido evitado se o navio tivesse passado por uma averiguação por um técnico especializado. A prevenção do

meio ambiente tem que ser reconhecida como direito e dever de todos, levando em consideração o seu caráter difuso e intertemporal.

Por sua vez, as controvérsias que surgiram nas ações cíveis com processos se alongando por anos sem que haja uma resposta satisfatória para a maioria dos atingidos pela tragédia, além de decisões totalmente discrepantes para situações praticamente idênticas, ilustram a dimensão do problema e demonstram a necessidade de uma tutela coletiva para as ações de reparação do dano individuais, mas oriundas da mesma causa de pedir e com o mesmo pedido.

Todas essas consequências demonstram que a tomada de medidas de precaução é a melhor maneira de resolver a questão das catástrofes ambientais, pois após a ocorrência do dano, resolver o problema torna-se tarefa praticamente impossível. Registre-se que uma responsabilidade mais efetiva dos poluidores poderia auxiliar nessa tarefa de evitar o dano.

Com esse exemplo, é mais do que notável a importância da matéria e do quanto temos que avançar para lidar com o dano ambiental.

Que os futuros estudantes de Direito, ferrenhos críticos da disciplina de Direito Ambiental, possam ter a ínfima ideia da dimensão da questão ambiental por meio desse trabalho e da disciplina que terão a oportunidade de cursar, porque obrigatória, e que a semente de preservação do meio seja plantada nas mentes desses estudantes, aqueles que, inevitavelmente, irão se deparar em algum momento de sua vida profissional com as questões acima expostas. E assim, por meio da conduta de profissionais mais preparados, que os danos diminuam ou, ao menos, alcancem a justa reparação.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Frederico. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Método.

Aníbal, F; Campos, M; Eustáqui, O; König, M. **A maldição do navio Vicuña no Paraná**. Publicado em: 27/12/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-maldicao-do-navio-vicuna-no-parana-ehrk7gmrxf5yc7l5drj8c0h8u#ancora>. Acesso em: 07/09/2016.

**Arquivamento do caso Vicuña exige Porto de responsabilidade**. Publicado em: 16/11/2007. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=30>. Acesso em: 29/10/2016.

BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcellos. **Responsabilidade civil pelo dano ambiental**. Revista de direito ambiental – RDA 9/5: jan./mar. 1998.

BERNARDIN, Pascal. Tradução: Joel Nunes dos Santos e Roberto Mallet. **A face oculta do mundialismo verde**. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/convidados/bernardin2.htm>. Acesso em: 30/10/2016.

**Cattalini Terminais comemora abertura do Aquário Marinho em Paranaguá**. Disponível em: <http://www.cattalinterminais.com.br/site/noticia.php?noticia=34>. Acesso em: 29/10/2016.

Decisão Apelação Cível Nº 5003508-51.2014.4.04.7008/PR. Publicado em: 08/04/2016. Disponível em: <http://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/382741816/apelacao-civel-ac-50035085120144047008-pr-5003508-5120144047008/inteiro-teor-382741866>. Acesso em: 30/10/2016.

Decisão dos autos nº 02017.002763/2004-73. Publicada em: 29/10/2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/89D2DDF0/27632.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

**Empresa responsável por navio Vicuña é condenada a indenizar indígenas de ilha atingida: O petroleiro explodiu e derramou mais de um milhão de litros no mar em 2007, poluindo a região**. Publicado em: 07/05/2015. Disponível em: [www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=10980](http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10980)>. Acesso em: 30/10/2016.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de direito ambiental**. 6.ed.rev.atual. e ampl. São Paulo: editora revista dos tribunais, 2013.

Inquérito policial nº 2004.70.08.002294-3. Disponível em:  
<http://www.radaroficial.com.br/d/26595310>. Acesso em: 29/10/2016.

ITO, Mariana. **Conflito de competência leva insegurança ao direito ambiental**. Publicado em: 03/06/2008. Disponível em: [http://www.conjur.com.br/2008-jun-03/conflito\\_competencia\\_prejudica\\_direito\\_ambiental](http://www.conjur.com.br/2008-jun-03/conflito_competencia_prejudica_direito_ambiental). Acesso em: 30/10/2016.

**Laudo técnico do acidente do navio Vicuña**, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IBAMA/IAP, maio de 2005. Disponível em:  
<https://www.yumpu.com/pt/document/view/13581372/laudo-tecnico-vicuna-ibama>.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. Ed, rev., atual. e ampl. São Paulo, Malheiros Editores: 2012.

NEVES, Gabriel Novis. **Era dos desastres**. Gazeta digital. Publicado em: 03.12.2015. Disponível em:  
<<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/463464/t/era-dos-desastres>>. Acesso em: 22.08.2016.

OHARA, Carlos. **Advogado quer dividir prejuízos de R\$ 100 mil no caso do navio Vicuña: Tese de responsabilidade solidária envolve empresas, órgãos federais e estaduais no acidente de 2004**. Publicado em: 16/11/2007. Disponível em:  
<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/advogado-quer-dividir-prejuizos-de-r-100-mi-no-caso-do-navio-vicuna-aq74owmtvxgkd1webntqwx9xq>. Acesso em: 29/10/2016.

OLIVEIRA, Marluce de. **“O aquecimento global é uma mentira”, diz climatologista da USP**. Publicado em: 16/04/2015. Disponível em: <http://verdademundial.com.br/2015/04/o-aquecimento-global-e-mentira-diz-climatologista-da-usp/>. Acesso em: 30/10/2016.

Petição Inicial da Ação Civil Pública. Disponível em:  
<http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/ParanaguaCatalini0801.pdf>. Acesso em: 30.10.2016.

**Relatório final de acompanhamento acidente ambiental com navio Vicuña Baía de Paranaguá.** Comissão especial de investigação Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Elaborado em dezembro/2005. Disponível em: <  
<http://www.neivoberaldin.com.br/downloads/naviovicuna-relatorio.pdf>>.

**Relembre os principais desastres ambientais ocorridos no Brasil.** Gazeta Minas. Publicado em: 04.01.2016. Disponível em: <http://gazetaminas.com/relembre-os-principais-desastres-ambientais-ocorridos-no-brasil-2/>. Acesso em: 22.08.2016.

Redação o Estado do Paraná. **Quatro mortes na explosão em Paranaguá.** Publicado em: 16/11/2004. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/quatro-mortes-na-explosao-em-paranagua/>. Acesso em: 29/10/2016.

THOMÉ, Romeu. **Manual de direito ambiental.** 5. ed. rev., atual. e ampl. Bahia: Editora JusPodivm, 2015.

WEIS, Bruno. **Tragédia de Mariana: governo e empresa juntos no mar de lama.** Publicado em: 10.11.2015. Publicado em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/tragdia-de-mariana-governo-e-empresa-juntos-n/blog/54721/>. Acesso em: 28.20.2016.